

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

18.^a Reunião
(16 de dezembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 15 horas e 12 minutos.

O Dr. José Manuel Espírito Santo Silva (Ex-membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo) respondeu aos Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Duarte Filipe Marques e Pedro Saraiva (PSD) e José Magalhães (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 46 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Vamos dar início à audição do Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, que cumprimento.

Não haverá intervenção inicial, pelo que passaremos, desde já, às rondas das perguntas e respostas.

Para dar início à primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva e os seus acompanhantes.

Tenho aqui o conjunto de órgãos que o Sr. Doutor terá integrado, mas, para termos exatamente a certeza, pergunto-lhe quantos conselhos de administração, conselhos superiores e conselhos executivos é que integrou no universo do Grupo e do Banco Espírito Santo.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva** (Ex-membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo): — Sr. Deputado, em primeiro lugar, permita-me que cumprimente o Sr. Presidente e os Srs. Deputados. Estou preparado para responder a todas as perguntas que me fizerem e àquelas a que souber responder.

Gostaria, no entanto, que as minhas primeiras palavras fossem dirigidas aos clientes investidores e colaboradores que confiaram na marca *Espírito Santo*.

Embora isto não remedeie as suas perdas e o seu sofrimento, quero dizer que lamento profundamente o que sucedeu. Uma coisa são as responsabilidades individuais, e isso será apurado pelas entidades competentes, e eu assumo as minhas; outra coisa é a responsabilidade institucional e, em meu nome pessoal e do ramo familiar que represento, quero deixar as minhas primeiras palavras para todas essas pessoas que foram quem mais sofreu com tudo isto e que merecem, pelo menos, um pedido de desculpa institucional.

Sei que estas palavras não resolvem o seu problema, mas quero começar por aí. É meu dever dizê-lo.

Respondendo à pergunta do Sr. Deputado, e começando pelo topo, eu era administrador não executivo da Espírito Santo International, era vice-presidente da Espírito Santo Financial Group e, no Banco Espírito Santo, era membro da comissão executiva e também assumia a presidência da Banque Privée Espírito Santo, na Suíça.

Depois tinha, de facto, lugar nos conselhos de administração das várias outras sociedades do Grupo, mas com lugar executivo eram, basicamente, a comissão executiva do Banco Espírito Santo, a Banque Privée Espírito Santo e, que me lembre, não era mais nenhuma. Posso estar a esquecer-me de alguma, mas penso que eram estas as que considero principais.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Deixe-me salientar que, depois de termos já um número de audições bastante relevante, nomeadamente em relação a alguns dos protagonistas do caso BES/GES, é

a primeira vez que aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alguém dirige palavras aos clientes e àqueles que foram as vítimas primeiras e imediatas desta situação e, ainda por cima — e permitam-me que o saliente —, que pede desculpas institucionais, pelo que, em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do PSD queria cumprimentá-lo exatamente por isso.

A minha segunda pergunta é a seguinte: desde quando e até quando é que foi presidente do Banque Privée?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Fui presidente do Banque Privée Espírito Santo desde a década de 80 até ao mês de setembro de 2014.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quando é que soube da ocultação do passivo da Espírito Santo International? Quando é que teve as primeiras notícias sobre essa matéria?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O Dr. Machado da Cruz, há uns tempos, referiu-me que estava preocupado com a dívida e o alavancamento da Espírito Santo International e falou comigo sobre esse assunto, sem nunca referir...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, mas disse «há uns tempos» e eu gostaria, se pudesse, que precisasse melhor o momento.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Penso que terá sido há seis, sete... Sr. Deputado, estamos em 2014 e penso que terá sido em

2010, 2009. Penso que terá sido por volta dessa altura. Estávamos já no período, digamos, perturbado da crise.

O Sr. Dr. Francisco Machado da Cruz falou comigo sobre esse aspeto, mas quero dizer que nunca referiu que havia alteração nas contas. Nunca me referiu isso. O assunto dizia respeito aos responsáveis do sector financeiro do Grupo, da tesouraria do Grupo, que estava muito centralizada — diria, totalmente centralizada — no Dr. Ricardo Salgado, no Dr. José Castella e no Dr. Francisco Machado da Cruz, que, evidentemente, tinham a responsabilidade da tesouraria e das contas e, quando nos apresentavam essas contas, que era, geralmente, uma vez por ano, acreditávamos que elas estavam bem.

Quando houve o ETRICC (Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito), como aqui já foi referido, de facto, veio a verificar-se que havia uma situação de que não estávamos à espera.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Machado da Cruz, por volta de 2009/2010, ter-lhe-á dito que existiam problemas, mas não falou em manipulação de contas, em ocultação de passivo... Do que é que falou concretamente? O que é que soube, a partir desse momento em que teve essa conversa com Machado da Cruz?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Ele estava preocupado com o alavancamento do Grupo e com o crescimento da dívida do Grupo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, ao contrário de depoimentos ulteriores, não lhe referiu expressamente que existiria ocultação e manipulação das contas da ESI?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — A mim nunca isso foi referido.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sabe quem saberia da existência dessa manipulação? Ou veio a saber depois, quem é que, à data, saberia dessa manipulação de contas na ESI?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sabia.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A minha pergunta é: depois veio a saber quem é que, em 2009/2010, saberia da manipulação de contas? Pergunto isto porque Machado da Cruz, no depoimento, já bastante citado, que fez junto dos advogados do Luxemburgo disse que houve manipulação de contas, que o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Castella sabiam disso e que, inclusivamente, o Dr. Ricardo Salgado seria instigador dessa manipulação de contas.

Nos seus contactos com Machado da Cruz, que penso que eram, apesar de tudo, frequentes, não veio a saber de nada sobre isso, nessa altura?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Nunca, mas presumo que o Machado da Cruz não tenha decidido, por conta própria, a contabilidade.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, se Machado da Cruz não decidiu, de modo próprio, fazer a manipulação de contas, quem é que pensa que o terá instigado a fazer tal?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, não vou aqui dizer-lhe que era Fulano ou Sicrano, mas penso que haverá uma combinação das pessoas que estavam responsáveis pela tesouraria do Grupo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Designadamente o Dr. Machado da Cruz, o Dr. José Castella e o Dr. Ricardo Salgado. Confirma?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eram os responsáveis pela tesouraria do Grupo, mas não estou aqui a afirmar que foram eles.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem.

Foi vendido papel comercial da Espírito Santo International a clientes do Banque Privée. Confirma? Se sim, desde quando é que essas vendas foram efetuadas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Confirmo, mas tudo o que se relaciona com o Banque Privée está, neste momento, sob justiça, porque o própria Banque Privée está a ser matéria de investigação.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas está sob investigação em Portugal?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Na Suíça.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, eu preciso de fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Pelo facto de existirem inquéritos na Suíça, gostaria de saber se consideramos, ou não, que o sigilo bancário e o segredo profissional vinculam os depoimentos nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devo dizer-lhe o seguinte: tratando-se de uma outra ordem jurídica, não temos qualquer capacidade de intervenção. Além do mais, temos de confiar na palavra de quem a traz e invoca este segredo, independentemente de nós, posteriormente, podermos vir a confirmar esta mesma informação que nos trouxeram. Mas são ordens jurídicas distintas e não temos qualquer capacidade de intervenção.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Dê-me licença, Sr. Deputado, mas, além de ser segredo bancário, como é aqui, em Portugal, é também segredo de justiça, porque está a decorrer uma investigação pela FINMA ao Banque Privée Espírito Santo.

O Sr. **Presidente**: — Na Suíça?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Na Suíça.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, ainda assim, como confirmou que foi vendido anteriormente papel comercial da ESI a clientes do Banque Privée, pergunto-lhe se tinha conhecimento — e tinha de o ter porque era membro do conselho de administração do Banco Espírito Santo — de uma determinação do Banco de Portugal em que o Vice-Governador, e vou passar a ler: «Estabelece a proibição de comercialização junto de clientes de retalho do BES de papel comercial emitido por qualquer entidade do ramo financeiro do GES». E, mais à frente, solicita também que «seja apresentada informação devidamente detalhada e fundamentada sobre as necessidades de tesouraria do GES».

Pergunto-lhe se considera, ou não, que a venda de papel comercial a clientes de retalho do BES violou esta determinação do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — A ordem recebida foi de não vender papel comercial da ESI junto à rede de retalho do BES e era permitido vender a institucionais ou a clientes que tivessem o perfil, digamos, de investidores e com um conhecimento maior. Aliás, esse papel que era vendido vinha com o visto de «Bom» dos departamentos que eram responsáveis pela aprovação da venda do papel, que eram o Departamento de Poupança e, também, o BESI, que tinha toda a parte da ficha técnica e a parte administrativa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Tem conhecimento de que essa proibição de venda de papel comercial a clientes de retalho do BES tenha sido violada? Pergunto de outra maneira: foi, ou não, foi feita essa venda de papel comercial a clientes de retalho do BES?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foi feita, mas foi parada. No meu entender, parou-se a venda quando se recebeu a ordem do Banco de Portugal para não se vender mais.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, no seu entender, essa venda foi feita até ao momento em que foi recebida esta determinação do Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal e, a partir daí, não terá mais sido feita.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — De papel comercial ou retalho? Afirmativo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não foi vendido no Banque Privée?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não vou poder responder.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Houve dificuldades... Aliás, que houve dificuldades já sabemos, mas a partir de que momento é que começaram a existir dificuldades em reembolsar o papel comercial aos clientes?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O meu sentimento é o de que foi a partir do mês de junho.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A partir do mês de junho de 2014?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sabe qual era a quantia que estava nesse momento devida e por reembolsar? Tem ideia?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Era uma quantia importante... Na rede desceu-se de 1 bilião e poucos e, quando eu saí do banco, em julho — saí no fim de semana de 13 de julho —, estava na ordem dos 250 milhões. Portanto, tinha-se baixado na rede comercial.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Os dados que temos dizem que no Banque Privée, no Espírito Santo Bankers Dubai e no Espírito Santo Bank Panamá esse valor era de cerca de 1275 milhões de euros.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sei dizer-lhe.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há uma troca de comunicações entre o Banque Privée Espírito Santo e os reguladores suíços. Já percebi, pelas respostas anteriores, que essa documentação não vai ser cedida a esta Comissão ainda que a tenhamos pedido.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo, a não ser que os reguladores suíços assim o entendam, mas eu não sou regulador.

Se me permitir, vou dar-lhe uma informação: o regulador suíço pediu insistentemente que a garantia dos 700 milhões que deu ao Banco Espírito Santo em Portugal fosse estendida ao Banque Privée Espírito Santo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa. Pode elucidar melhor essa questão?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O regulador da Espírito Santo Financial Group, que era o regulador do Banco de Portugal, também era regulador do Banque Privée Espírito Santo. É o mesmo regulador, é uma supervisão consolidada.

Acontece que foi dada uma garantia aos detentores de papel comercial da ESI em Portugal e a Banque Privée Espírito Santo insistiu bastante, através da FINMA, para que essa garantia fosse estendida a clientes da Banque Privée, mas isto não foi autorizado pelo regulador português e a FINMA ficou com um pressentimento de que as coisas não deveriam ser assim.

Não vou dizer se é o regulador português que tem razão ou se é a FINMA, mas houve aqui um momento difícil — aliás, isto está numa carta que escrevemos ao Banco de Portugal.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Essa situação está descrita numa carta do Banco de Portugal. Essa carta e a demais documentação que comprova essa situação podem ser cedidas a esta Comissão?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Penso que está cá toda. Não sei, mas posso ver se...

O Sr. **Presidente**: — Se já cá estiver, não vale a pena. Vamos ver.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foi numa carta da Espírito Santo Financial Group em que se falou disso.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nas gravações que são públicas, e que não foram desmentidas até agora, sendo que há algumas divergências... Já agora, pergunto-lhe se tinha conhecimento de que essas reuniões eram gravadas.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É que houve alguma polémica bilateral sobre isso.

Numa dessas reuniões foi-lhe pedido, nomeadamente pelo Dr. Ricardo Salgado, que protegesse o contabilista Machado da Cruz. Por que razão é que esse pedido lhe terá sido feito?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não tenho de proteger um ou outro...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas confirma que isso lhe foi pedido?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Talvez, sim. Lembro-me de se ter falado nisso.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não tem ideia da motivação desse pedido?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não. O Machado da Cruz foi um importante colaborador do Grupo, desempenhou um papel

muito importante como gestor das atividades imobiliárias no Grupo, em Miami, e é uma pessoa que me merece toda a simpatia e respeito. Não poderei dizer outra coisa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Percebe-se, ao longo dessas gravações, que a sua relação era, apesar de tudo, relativamente próxima ou, pelo menos, se me permite, mais próxima do que a de outros membros do conselho superior em relação ao Machado da Cruz, até porque fez referência a cartas que ainda não tinham sido recebidas, mas que iriam ser recebidas por parte de Machado da Cruz a pedir ordenados em atraso, ou qualquer coisa de semelhante, nomeadamente por estar em dificuldades financeiras.

Conversou com Machado da Cruz sobre o término das suas funções? Se sim, que razões é que Machado da Cruz lhe apresentou para ter cessado as suas funções?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sabe, a minha natureza é a de fazer mais amigos do que inimigos. Tenho uma relação com as pessoas que me é característica e aos 69 anos não a vou mudar.

A minha relação com o Machado da Cruz era cordial, como tenho com os outros elementos. O que falei com ele foi, de facto, que lhe tinha sido... O Dr. Machado da Cruz reportava diretamente ao Dr. José Castella e este reportava ao Dr. Ricardo.

Não sei em que termos é que ele cessou funções e o que é que foi acordado quando saiu do Grupo. O que eu lhe disse, com certeza, foi o seguinte: «Francisco, tem de falar com as pessoas com quem sempre lidou. Não quero ultrapassar as pessoas da sua hierarquia...». Aliás, devo dizer que sou o mais novo de 11 irmãos e de todos eles, infelizmente, só cá está

um, que tem a minha idade; de resto, já desapareceram todos. Tive sempre muito respeito pela hierarquia. Muito! E, portanto, nunca quis ultrapassar as pessoas que tinham as responsabilidades, não estando eu incluído nesse segmento. Essa é uma coisa que faz parte da minha maneira de ser.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Machado da Cruz nunca lhe disse a razão por que cessou funções?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Machado da Cruz referiu que lhe teria sido dito, pela sua hierarquia, que o melhor era cessar funções. Foi o que ele me disse.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Depreendo que pelo Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sei se foi o Dr. Ricardo ou o Dr. José Castella, mas foi-lhe dito.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Por que é que não integrou o conselho estratégico da última vez em que este se formou?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, depois de tantos anos de trabalho e em que eu tinha a responsabilidade de tratar de toda a parte comercial e dos clientes, queria cessar as minhas funções, queria aproveitar para passar mais tempo com a minha família e, agora, já tenho os chamados «dividendos», que são os netos, como dizia o meu pai.

Portanto, eu queria sair, estar com os amigos, com a família e aproveitar a vida. Foi esta a minha principal razão para não fazer parte dos conselhos. Aliás, quis reformar-me aos 65 anos, mas fiquei mais quatro anos a pedido dos meus colegas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quando e como surgiu a Eurofin?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — A Eurofin é uma sociedade que eu conheço, porque foi formada por um ex-colaborador do Grupo, o Cadosch.

Em relação à Eurofin, tenho conhecimento de que era uma sociedade de serviços, de *brokers*, que tinha uma parte de *corporate banking*, que detinha umas participações do Grupo que lhe foram vendidas — as Termas de Monfortinho, o hotel no Vimeiro e as Águas do Vimeiro — e que tinha também uma participação numa sociedade nossa, que era a Herdade da Poupa. Estes são os factos que conheço da Eurofin.

Ouvi falar, depois, da Eurofin em termos financeiros mas nunca contribuí para qualquer operação de índole financeira com esta sociedade.

Aliás, quando apareceu na imprensa uma determinada notícia sobre os esquemas da Eurofin, eu próprio escrevi uma carta ao ramo familiar — agreguei o meu ramo familiar dentro de um protocolo familiar, que foi promovido por mim — a dizer que não tinha conhecimento daqueles esquemas de operações da Eurofin e que não tinha participado neles.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Depreendo da sua resposta que não teve conhecimento, à data em que estas operações foram efetuadas,

da recompra de obrigações e do prejuízo que o BES teve, prejuízo, esse, que ficou parqueado na Eurofin.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Tive conhecimento agora.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Agora, quando eu falei?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não. Tive conhecimento quando as notícias apareceram.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sabe dizer-nos o que são a Real Estate Investment e a Investment Property?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, não me lembro.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não tem qualquer conhecimento a quem pertencem estes ativos e não sabe quem são os seus titulares?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Pode repetir?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Real Estate Investment e Investment Property.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não conheço.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sabe dizer-nos o que é a Espírito Santo Enterprise?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Tive conhecimento da Espírito Santo Enterprise há pouco tempo. Não sei de que sociedade é que ela está dependente e não tenho, digamos, nenhum conhecimento de operações que ela fazia.

Pelo que me disseram, penso que era uma sociedade que fornecia serviços partilhados às várias instituições do Grupo. É a única coisa que sei. Nunca tirei mais informações, isto porque as informações que tive são muito recentes e como já estava fora das funções não quis averiguar mais profundamente.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, para além do serviço partilhado da Espírito Santo Enterprise, não sabe dizer quem são os seus detentores, qual é o seu conselho de administração, o contabilista, o revisor de contas, auditor e onde é a sua sede? Não sabe disso?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo. Não sei!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E quem tem poder de movimentação de fundos na Espírito Santo Enterprise?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sei.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não julga, pergunto, que o conhecimento das respostas às perguntas que acabei de lhe fazer sobre a

Espírito Santo Enterprise não integrava o dever funcional de um membro dos conselhos de administração de que fazia parte?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não me dizia respeito diretamente, portanto, estava fora da minha alçada.

De facto, não sabia qual era a linha, de que sociedade é que estava dependente a Espírito Santo Enterprises. Não sei! Foi uma sociedade recente, penso que é recente. Não sei, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Há um outro aspeto que queria que nos elucidasse e que já foi, por diversas vezes, falado aqui, mas, confesso, não obtivemos, até agora, respostas satisfatórias, e que tem a ver com as cartas-conforto, designadamente a favor da PDVSA (Petróleos de Venezuela).

Essas cartas-conforto foram assinadas por si e pelo Dr. Ricardo Salgado. Confirma?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo. Estava no banco em determinado momento, numa reunião, e fui interpelado pela secretária do Dr. Ricardo que me pediu para subir ao seu gabinete, que era urgente, porque ele precisava da minha ajuda.

Subi e o Dr. Ricardo Salgado apresentou-me as duas cartas, que considerei cartas-conforto, explicou-me a razão de ser delas e disse-me: «É absolutamente necessário enviarmos estas cartas e vou pedir-lhe para ser solidário comigo e assinar». E eu perguntei: «Mas está tudo em ordem? Está tudo conforme?». Ao que respondeu: «Sim senhor, não te preocupes».

Eu, como é evidente, fiz fé no meu presidente da comissão executiva, meu companheiro de há 50 anos e meu primo, e assinei a carta, como é evidente. Não ia recusar, porque fiz confiança.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sabe qual era o valor dessas cartas-conforto?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo. Era de cerca de 800 milhões.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Um bocadinho menos! Eram 267 milhões, do que se sabe até agora!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Já tenho tantos números na cabeça!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — São milhões a mais, não é?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não considera que essas cartas-conforto — e já vou ao princípio de confiança em relação ao Dr. Ricardo Salgado quando ele lhe fez esse pedido —, no fundo, determinam um privilégio de uns credores em relação a outros?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, estávamos num período em que a PDVSA poderia investir connosco, com o Banco, através da ESAF, cerca de 3,5 biliões dos quais 20%, cerca de

700 milhões, eram destinados ao capital da Rioforte, penso. É claro que queríamos resolver os problemas do Grupo, do banco, naquele momento e, digamos, ter a possibilidade de a PDVSA ficar connosco.

Devo dizer que não liguei uma coisa à outra. Afirmo que não liguei uma coisa à outra.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas estarei em erro se considerar que, pelo modo como contou à Comissão de Inquérito o pedido para assinar as cartas-conforto, está arrependido de o ter feito?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não me arrependo do que faço, tenho é de assumir as responsabilidades daquilo que faço e posso...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, mas não está arrependido de ter confiado a esse ponto no seu primo Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, quem é que em Portugal não confiava no Dr. Ricardo Salgado?

Risos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu também não!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Pronto, há aqui duas pessoas! São poucos! Aliás, eu também conheço alguns!

Sr. Deputado, o Dr. Ricardo Salgado e eu somos como irmãos, temos a mesma idade, crescemos juntos, estudámos juntos, fizemos várias coisas juntos e eu tenho por ele admiração e amizade.

Neste momento, estou a percorrer um caminho em que, de facto, estou surpreendido com muita coisa que se está a passar e que está a ser averiguada também por esta Comissão.

Portanto, vou esperar pelos resultados, esperando também eu eles me permitam continuar com essa amizade e com essa vivência que tive com o Dr. Ricardo durante toda a vida; se não for assim, é uma grande desilusão para mim!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Se, por um lado, não há dúvida nenhuma — e eu salientei isso no início — que o Sr. Doutor foi o primeiro que veio aqui e assumiu responsabilidades, que dirigiu palavras às primeiras vítimas, às vítimas imediatas, desta situação e que até pediu desculpas institucionais, se é verdade que isso o distingue dos demais, por outro lado, o senhor também fez alguma coisa que me parece extremamente negativa, e que se tem vindo a passar nesta Comissão nas últimas audições, que foi afirmar o desconhecimento quase completo de matérias que deveriam ser do seu conhecimento funcional e que pertenciam à sua esfera de competências.

Nesse sentido — e fica aqui o meu lamento final —, considera que o Banco Espírito Santo, o seu conselho de administração, o conselho superior e os vários ramos da família aí representados violaram direta ou indiretamente as determinações do Banco de Portugal, designadamente

quando estas foram feitas de modo afirmativo e perentório a partir do final de 2013?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, queria dizer-lhe que, em relação aos desconhecimentos, entre os vários responsáveis pela comissão executiva do Banco, havia uma espécie de «Tratado de Tordesilhas», ou seja, cada um tratava dos seus departamentos, cada um responsabilizava-se...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, quem era o Alexandre VI? Quem era o Papa Bórgia?

Risos.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Está bem!

Portanto, as nossas responsabilidades eram divididas pelos vários departamentos. O Dr. Ricardo tinha os seus departamentos, eu tinha os meus departamentos e tínhamos a oportunidade de todas as quartas-feiras, em princípio, reunirmos na comissão executiva e discutirmos os problemas dos vários departamentos, mas o que não era explicado ou informado nessas reuniões nós não sabíamos.

Portanto, é dentro dessa postura que lhe digo que não estou a querer esconder o que quer que seja; antes pelo contrário, acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é muito importante, pelo que já afirmei.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Para terminar, gostaria de anunciar que o Grupo Parlamentar do PSD vai apresentar um requerimento para que seja entregue a esta Comissão um parecer de que temos

conhecimento existir da firma Macedo Vitorino & Associados sobre a colocação de papel comercial junto do Banque Privée.

O Sr. **Presidente**: — Está anunciado.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Manuel Espírito Santo Silva e o Dr. Rui Patrício.

Começo, precisamente, pelo modo como terminou, porque essa é uma questão que temos de apurar.

Como sabe, uma das questões que subjaz ou que paira sobre esta Comissão relativamente ao BES é saber, no que respeita à sua governação, se falamos de uma gestão colegial ou de uma gestão autocrática e centralista.

A primeira pergunta prende-se com essa sua afirmação de que «cada um tinha o seu departamento» e é para saber se a gestão do BES/GES era centralizada no Dr. Ricardo Salgado ou se, pelo contrário, cada um tinha o seu pelouro e, portanto, só se responsabilizava na medida dos seus pelouros.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O Dr. Ricardo Salgado é uma pessoa em quem o Grupo Espírito Santo, digamos, delegou a liderança pelas suas qualidades.

Eu próprio, quando o meu irmão Manuel Ricardo morreu em 1992 — e um dos líderes para a parte do banco seria o meu irmão António —, sugeri que fosse o Dr. Ricardo, bastante mais novo, em detrimento do meu irmão António, porque ele tinha, de facto, um conhecimento financeiro e uma tendência para a liderança bastante significativa.

Portanto, não vou dizer que a gestão não era centralizada, porque era, mas era com a concordância de todos. Todos nós concordávamos, apoiávamos e tudo o que se fazia dentro da instituição, tudo o que sabíamos, estava certo e foi aprovado pelos acionistas, pelo regulador, pelos auditores, pelos colaboradores. Todos nós apoiávamos o Dr. Ricardo.

Mas era uma ditadura? Não era uma ditadura, era uma liderança com a qual concordávamos. O Sr. Deputado pergunta: «mas, então, e isto que aconteceu?». Sr. Deputado, não sei explicar-lhe. É isso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ajudar a descobrir. Esperemos que se possam tirar conclusões o mais rapidamente possível, até para todos nós, membros da família, podermos apurar, também, estas situações que são — como pode perceber — muito desconfortáveis.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Vou corrigi-lo, na medida que eu não lhe disse nada. Eu fiz-lhe uma pergunta e reiterei-a, formulando-a de outra forma: é verdade ou não que nada no BES/GES poderia ocorrer sem o conhecimento e autorização do Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — É talvez um pouco exagerado, mas, em grande parte, era assim.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Digo isto porque na própria ata do dia da saída de três membros da comissão executiva, que foram substituídos, em 13 de julho 2014, o Dr. Ricardo Salgado fez questão de referir que «ainda na véspera da reunião» — e estou a citar — «estive a analisar detalhadamente em conjunto com o Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires e com a Sr.^a Dr.^a Isabel Almeida, a responsável do Departamento Financeiro de Mercados, toda a situação do banco». Ou seja, o Dr. Ricardo Salgado

era conhecedor, e vou citá-lo «detalhadamente», da situação do banco — esta é uma afirmação do próprio Dr. Ricardo Salgado.

Pergunto, uma vez que não consta da ata essa sua posição: também conhecia detalhadamente essa situação?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não havia ninguém no Banco Espírito Santo que conhecesse tanto ao detalhe tudo o que lá se passava — desde os cartões de crédito, os problemas das várias agências, ao mais pequeno detalhe — como o Dr. Ricardo Salgado. O Dr. Ricardo Salgado é um trabalhador incansável, com uma capacidade de trabalho, de facto, absolutamente extraordinária e admiro-o por causa disso. Eu tinha conhecimento da sua disponibilidade para tratar dos assuntos com as equipas que tinham a responsabilidade sobre isso — aliás, o Dr. Amílcar Moraes Pires e a Dr.^a Isabel de Almeida faziam parte de uma equipa que reportava diretamente ao Dr. Ricardo Salgado e, portanto, tinham as suas reuniões de trabalho, mas que diziam respeito mais ao Departamento Financeiro, Mercados e Estudos.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Uma outra questão que já foi referida — e há perguntas que não lhe farei, porque não quero ser redundante — e que é a seguinte: quando é que soube da situação financeira, preocupante, da Espírito Santo International?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Como aqui já foi afirmado, foi exatamente na altura do ETRICC.

Portanto, foi quando foi revelada, publicamente e a nós também, a situação das contas que não estariam certas.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Nessa altura, não era questão de estarem certas; elas refletiam era um agravamento muito substancial do passivo.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Exatamente.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — É que agradecia que precisasse: nessa altura sabia que as contas não estavam certas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, tem razão, Sr. Deputado. Era exatamente o inusitado aumento do passivo.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Importa-se de o concretizar? Recordá-se?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Era mais 1,3 biliões.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — E em que momento foi alvitrada a possibilidade de essas contas estarem marteladas — para facilidade de expressão — e, portanto, traduzirem uma falsidade por omissão de passivo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Essa parte foi toda divulgada após o conhecimento das auditorias seguintes, após as auditorias que foram feitas quando se começaram a ver esses problemas, em finais de 2013 e princípios de 2014.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Em que momento teve o Sr. Doutor conhecimento de irregularidades no BESA?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Do BESA nunca tive conhecimento. Ah, desculpe, agora estava a falar do BESSA, que era o Banco Espírito Santo, SA em Espanha....

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Do BESSA?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — BESA, Angola, pois. É que a gente chama também «BESSA» ao Banco Espírito Santo SA, em Espanha.

Do BESA tive também conhecimento ao mesmo tempo que os outros. Foi um assunto que nunca acompanhei, porque estava dito e compreendido que o BESA era um assunto que era tratado pelo Dr. Ricardo Salgado e com o Dr. Álvaro Sobrinho, presidente do BESA.

Era um assunto que era sabido no banco — e isto quero que fique aqui bem assente. Aliás, inclusivamente, uma vez, numa comissão executiva, um dos meus colegas da comissão executiva disse: «Um assunto que eu não trato mais é o das relações com o BESA, porque o presidente do BESA diz que trata apenas com o Dr. Ricardo Salgado...» E isso era verdade.

Portanto, não me perguntem sobre se eu conhecia ou não o BESA. Eu ouvia histórias de clientes que me preocupavam, havia clientes que não conseguiam transferir o dinheiro, havia clientes que queriam falar com o Dr. Álvaro Sobrinho e não podiam e, portanto, essa foi uma situação muito má.

Quando se alterou a *governance* do BESA e passou a ser o Dr. Morais Pires a situação mudou completamente e ficou melhor. Mas o chamado buraco, soube-o ao mesmo tempo que as outras pessoas, com grande indignação minha.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Dr. José Manuel Espírito Santo, agradecia que respondesse às minhas perguntas.

O que lhe pedi foi que identificasse no tempo o momento em que soube, pela primeira vez, da existência de irregularidades no BESA.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foi há dois anos, quando começou esta equipa enviada pelo Dr. Morais Pires e que descobriu o endividamento e o buraco do BESA.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Portanto, posso concluir que, em 2013, o vice-presidente da Espírito Santo Financial Group e membro da comissão executiva do BES conhecia a situação de gestão ruinosa do BESA.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, afirmativo.

O vice-presidente da Espírito Santo Financial Group foi apanhado de surpresa, porque tudo era tratado com o presidente da Espírito Santo Financial Group e havia instruções, dizendo: «Não se preocupem. O BESA tem lá o Dr. Álvaro Sobrinho, gente do melhor e está a tratar-se do assunto...» Portanto, isto é assim! E não sabíamos.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa, mas há uma contradição na sua resposta. Sabia ou não sabia?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Até essa data, não. Soube, como o Sr. Deputado disse, em 2013.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Soube, através de quê?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Soube através das auditorias feitas, quando o Dr. Moraes Pires mandou para lá a sua equipa. Penso que foi o Rui Guerra... Penso que o Rui Guerra foi nessa altura.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Então, a sua referência «há dois anos» era sobre o quê?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — 2014/2013, digamos. Princípios de 2013 também.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Concretizando: há, como sabe, um protocolo promovido pelo Dr. José Maria Ricciardi que imputa prática de gestão ruínosa no BESA com o enquadramento que já bastante conhecemos.

Conheceu essa situação, nessa altura, ou conheceu muito antes, como é suposto conhecer, atendendo às funções que desempenhava?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não conheci muito antes.

Como lhe digo, quando uma pessoa tem determinadas funções — pelas quais me responsabilizo —, mas lhe são escondidos determinados acontecimentos, lhe são vedados, quando temos outras pessoas em quem

fazemos confiança, e tendo eu outras preocupações, que não estavam nos meus pelouros, que era o BESA, a parte internacional... Portanto, como já lhe disse, eu não tive conhecimento antes.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Certíssimo.

Queria colocar-lhe outra questão, que já há pouco foi abordada, recordando-lhe que tem de depor com verdade, recusando-se apenas a falar, justificadamente, se entender que determinada matéria o incrimina, como, aliás, o seu advogado lhe dirá.

Há pouco disse uma coisa e vou corrigi-lo: questionado pelo Sr. Deputado que me antecedeu, referiu que não sabia quem é que tinha pedido a demissão do contabilista Machado da Cruz.

Ora, a gravação do conselho superior respetivo refere claramente que, depois de o Dr. Ricardo Salgado ter dito que ele tinha pedido a demissão, José Manuel ripostou: «Ele diz que pediu a demissão a teu pedido».

Portanto, o que lhe peço é que faça um esforço de memória e que confirme que, afinal, sabe por que é que pediu a demissão e quem é que lhe pediu a demissão.

O Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva: — Sr. Deputado, o Dr. Machado da Cruz reportava, como disse, ao Dr. José Castella e ao Dr. Ricardo Salgado.

Essas gravações foram obtidas em conversas totalmente informais entre membros de uma família e eu não me lembro, neste momento, se essas palavras são exatamente... Mas faço fé naquilo que está a dizer.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Pergunto-lhe se se recorda — e, obviamente, esqueça as palavras *ipsis verbis* — de o contabilista Machado da Cruz ter transmitido, a si, que teria pedido a demissão a pedido do Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Por que é que não respondeu isso há pouco ao Deputado Carlos Abreu Amorim?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sabia... Estou a dizer-lhe agora. Sabe que a idade também já não ajuda a muita coisa!

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Relativamente a essa questão, porque importa clarificá-la — e, obviamente, o depoimento do Dr. Machado da Cruz, que já se disponibilizou a vir a esta Comissão, será particularmente relevante —, é preciso que percebamos como é que alguém que supostamente é responsável por um buraco financeiro, que veio a ditar o colapso do Grupo, pode ser tratado com tanta condescendência e compreensão por alguém que, diriam as regras da experiência, deveria estar, no mínimo, irado com o seu comportamento a ser verdadeiro.

Portanto, o que lhe pergunto é se é verdade que, assim que foi descoberto o buraco financeiro de 1,3 biliões, Ricardo Salgado pediu a condescendência e a proteção da família a Machado da Cruz.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Estou muito contente por o Dr. Machado da Cruz poder vir aqui e ser inquirido por esta Comissão.

Se há condescendência, alguma razão haverá. Eu não a conheço, mas tenha a certeza de que irão descobri-la. Eu não quero estar a fazer juízos, julgamentos de terceiras pessoas.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Compreendo perfeitamente e, portanto, não fazendo juízos relativamente a terceiras pessoas, faço-lhe uma pergunta diretamente a si: qual foi a sua reação quando soube que Machado da Cruz referiu que «José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva sabia que uma parte do passivo não estava refletido nas contas desde 2008»?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O Dr. Machado da Cruz nunca me referiu que não estava refletido nas contas, e isso nego perentoriamente. O que lhe quero dizer é que o Dr. Machado da Cruz me disse que estava preocupado com o endividamento do Grupo. É isto!

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Quando tomou conhecimento do depoimento do Dr. Machado da Cruz feito aos advogados luxemburgueses e datado de 31 de maio de 2014?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foi nessa altura. Depois, li o depoimento e vi.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Que reação lhe suscitou?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Fiquei perturbado e consternado com essa situação, da qual não tinha conhecimento.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Concluo que, para além da consternação, não adotou nenhuma ação.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Que ação é que posso tomar senão a de esperar que se conheça a verdade sobre este caso com o qual não convivo bem?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — O Sr. Doutor compreenderá que eu tenha alguma dificuldade em perceber que ainda há poucos minutos tenha dito que tem grande consideração por uma pessoa que o acusa diretamente de participar num ato criminoso.

Se alguém insinuasse que eu tinha participado num ato criminoso, a última coisa que eu vinha, para uma Comissão, era dizer que tenho grande consideração por essa pessoa. Portanto, compreenderá a nossa perplexidade — e agora baixo, obviamente, o tom e peço desculpa pelo entusiasmo —, mas, de facto, custa, e compreenderá que custa, que alguém possa compreender que qualquer pessoa que é acusada da prática de um crime tenha grande consideração pelo acusador e por isso é que lhe perguntei qual a reação que adotou.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, desculpe não estar de acordo consigo.

Respeito a sua atitude e perplexidade também, mas a verdade é que eu não era conhecedor dessa falsidade —, digamos, *entre guillemets*, como dizem os franceses —, das contas e, quando dizem e continuam a dizer que a culpa é apenas do contabilista, eu permito-me desconfiar que seja apenas dele. Portanto, até a verdade ser conhecida, tenho as minhas dúvidas.

Também há aqui um aspeto diferente: o facto de eu ter não ter acusado, como o Sr. Deputado disse, não quer dizer que não respeite o passado profissional do Dr. Machado da Cruz, nunca houve motivos para isso.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Registo a sua fleuma e passo de imediato a outra questão.

Em 7 de novembro de 2013 foi discutido, no conselho superior, a percepção de supostamente 1 milhão de euros para cada membro do conselho superior relativo a uma alegada comissão de venda dos submarinos ao Estado português.

Pergunto: confirma que recebeu uma quantia? Quanto recebeu e a que título a recebeu?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Confirmo que recebi, a título de remuneração extraordinária aos membros do conselho superior, a quantia de 1 milhão de euros.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Muito obrigado, pela resposta.

A minha pergunta prende-se com a que já lhe fiz: quem foi a entidade pagadora e a que título recebeu essa quantia, porque, ao que creio, quem pagou, supostamente, terá sido a Escom, que, por sua vez, pagaria ao GES, que é o seu acionista e não aos sócios. Portanto, gostava que me explicasse a que título é que essa quantia foi embolsada pelos membros do conselho superior.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, do que me lembro é que foi a Escom que pagou essa comissão e que a recebemos a título de remuneração extraordinária.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — E posso saber qual foi o trabalho extraordinário que mereceu tão extraordinária remuneração?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O trabalho extraordinário foi ter-se feito um trabalho de grupo durante vários anos em que conseguimos desenvolver o Grupo Espírito Santo.

Eu não intervim nunca no negócio dos submarinos; tive dele conhecimento praticamente nesse ano. Houve uma oportunidade e houve uma remuneração extraordinária paga pela Escom.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Creio que a sua resposta é particularmente esclarecedora, embora «trabalho de grupo», para mim, era qualquer coisa que me faria soar a um trabalho escolar, o que, manifestamente, não é o caso.

Mas reporto trabalho de grupo para uma questão diametralmente oposta a esta, que é, mais tarde, já em abril deste ano, a sua curiosíssima expressão: «Vamos pôr o Moedas a funcionar». Como conheço várias coisas que funcionam com moedas, não sei o que é «o Moedas a funcionar» e gostava que me explicasse o que é que quereria dizer com «pôr o Moedas a funcionar».

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, eu conheci o Eng.º Moedas pouco tempo antes dessa reunião. Estive num congresso que durou uma tarde e o dia seguinte em que a participação do

Eng.º Moedas foi brilhante, sendo que eu fiquei com admiração pela sua envolvimento em todos os temas e pelo seu conhecimento.

Depois, num período de dificuldade do Grupo, tivemos uma conversa em que achamos que tínhamos que dar conhecimento aos membros do Governo das dificuldades que o Grupo estava a atravessar, o que se passou em maio de 2014.

Foi num contexto completamente diferente que eu disse essa frase, que peço que não a vejam dessa maneira, porque não é a minha maneira de tratar pessoas que respeito e de quem não sou amigo íntimo e, portanto, vejam o contexto e não pensem que é qualquer outra ideia.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Já reparei como o meu tempo excedeu, por isso faço duas perguntas em simultâneo, sendo certo que não têm relação imediata, embora a tenham indireta.

Sobre a questão das cartas-conforto, já há pouco prestou explicações a instâncias do Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, mas o que lhe pergunto, uma vez que no entender do Banco de Portugal essas cartas contribuíram para o despoletar da situação de extrema gravidade do Banco, é por que razão as cartas-conforto que assinou não constavam dos registos contabilísticos a 30 de junho de 2014 e vieram a ser do conhecimento, apenas, do conselho de administração que lhe sucedeu. Portanto: qual o porquê desta grave omissão contabilística?

Última pergunta: quando é que soube que teria de deixar os órgãos sociais do BES?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, não se importa de repetir a segunda pergunta?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Quando soube que iria ter de deixar os órgãos sociais do BES?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em relação às cartas, assinei-as a pedido do Dr. Ricardo Salgado. Como já expliquei aqui, eu estava no meio de uma reunião, que interrompi, assinei essas e perguntei ao Dr. Ricardo se estavam em ordem. Ele respondeu-me: «Não te preocupes», e eu: «Pronto, sim, senhor, obrigado!», e fui-me embora.

Em relação a quando é que eu soube que ia sair, o Sr. Governador do Banco de Portugal vinha referindo, já há uns tempos, que achava que os membros da família Espírito Santo, os que estavam ao nível de topo, deviam deixar a *governance*, e, portanto, essa situação vinha sendo repetida.

Começámos com as reuniões com o Sr. Governador em dezembro, fomos tendo várias outras reuniões e o Sr. Governador, não em todas, mas em algumas, ia referindo o assunto e, depois, quando se aproximou a data de 30 de julho — sendo que ficou combinado não sairmos antes do aumento de capital —, deu-se o aumento de capital e, a seguir, para mim, houve um entendimento de que eu sairia logo a seguir, como estava combinado, e assim fiz.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — É exatamente essa a resposta, mas falta ir ao ponto de saber em que momento, pela primeira vez, foi referida a necessidade de sair ou a determinação do Sr. Governador.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Penso que nas reuniões, em fevereiro, o Sr. Governador já referia o assunto.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra à Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero, naturalmente, começar por cumprimentar o Sr. Doutor, agradecer a sua presença e os esclarecimentos que possa prestar em relação às perguntas que irei fazer, algumas delas irão focar pontos que já foram tocados, mas acho importante precisar as respetivas respostas, pelo que vou tentar fazer as perguntas da forma mais objetiva possível, de modo a que as respostas também possam ser o mais objetivas possíveis.

No que se refere à ESI, o Sr. Doutor já disse que soube da verdade financeira da ESI aquando da altura do ETRICC e a pergunta é clara: Sr. Doutor, quem é que sabia da situação da ocultação de passivos da ESI antes do ETRICC e antes de novembro de 2013?

A segunda pergunta é se tinha conhecimento de dificuldades no plano do passivo da ESI.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, muito obrigado.

Em relação a quem sabia, penso que eram os responsáveis pelas contas e pela tesouraria do Grupo, que se reuniam várias vezes e que, depois, nos apresentavam as contas — aliás, já referi aqui quem eram esses responsáveis.

Em relação ao passivo do Grupo eu tinha conhecimento dele e era um assunto que nos preocupava — aliás, estava em processo toda uma preparação de venda de ativos do Grupo para fazer face ao endividamento do mesmo.

Portanto, havia um plano que estava a ser efetuado, que ia até, se não me engano, 2020/2023 e no qual estávamos a preparar uma venda de ativos, quer da ESI quer da Rioforte, para podermos apresentar aos detentores da dívida do Grupo uma negociação em que uma parte seria paga de uma determinada maneira com desconto e outra parte seria recapitalizada a x anos com uma determinada taxa de juro.

Portanto, todo este assunto estava a ser tratado, mas não chegou ao seu termo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Esse plano é datado de quando?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Penso que esse plano começou a ser falado no ano passado, em 2013. Em fins de 2013 começámos a tratar desse plano.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Efetivamente isso tem a ver com o período em que se conheceu a questão da ocultação do passivo e eu estava a referir-me a um momento prévio.

Tendo em conta que o passivo da ESI era uma preocupação, queria saber se foram pedidas explicações ou se o comum seria ouvir as contas que lhe eram apresentadas e não fazer mais pedidos de esclarecimento.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, não. Já havia essa preocupação antes; tínhamos consciência de que o passivo era grande e, portanto, estávamos a querer resolver o assunto do passivo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Gostaria de perguntar o seguinte: se o reconhecimento de prejuízos da ESI tivesse sido feito em 2008, que consequências é que teria na altura?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Pessoalmente, acho que teria sido melhor, mas não consigo determinar e quantificar o que é que teria sido melhor. Esse é o meu problema.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, Machado da Cruz afirmou que uma das consequências poderia ser a intervenção pública, ou seja, a intervenção do Estado no banco, e que, conseqüentemente, isso também geraria problemas no Grupo. Entende que tal poderia acontecer?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Acho um pouco exagerado. Acho que podíamos resolver a situação não de uma forma tão drástica.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Machado da Cruz, no tal depoimento que foi prestado no escritório de advogados, disse o seguinte: «Hoje, o BES é um banco sólido, mas isso custou sacrifícios».

Ouso perguntar-lhe: que sacrifícios?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O sacrifício dos clientes, dos colaboradores e do meu nome, que, hoje em dia, é tido como um produto tóxico. Isso para mim é muito duro!... Sou a terceira geração, os meus filhos são a quarta e os meus netos são a quinta e terem de conviver com um nome que é considerado tóxico isso, para mim, é muito duro. Muito duro! Pode ter a certeza. Temos de carregar com a carga... Sou

católico e acho que Deus Nosso Senhor nos dá o peso consoante aquilo que o nosso corpo puder aguentar.

É com isso que convivo todas as manhãs quando me levanto. Vejo um muro à minha frente e tenho de o enfrentar, mas estes são problemas pessoais. Foi só para responder à sua pergunta.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, estas declarações em que Machado da Cruz diz que o BES era um banco sólido e que isso custou sacrifícios reportam-se, sensivelmente, a março de 2014.

Até 2014, de facto, sacrificaram a área não financeira para salvar o banco — parece-me que isto é bastante claro —, sendo que em 2014 o banco afundou. Tem alguma explicação para tal?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Acho que o banco poderia não ter afundando, assim como várias empresas portuguesas não afundaram devido à ajuda que o Banco Espírito Santo deu. Temos várias empresas nacionais que estiveram à beira da falência, que estiveram em sindicatos bancários, em que alguns bancos saíram e o Banco Espírito Santo ficou sozinho a salvá-las. Teria sido para nós importante que, neste momento, também nos tivessem ajudado... Não estou a dizer que tinham de ser essas empresas, mas entendo que havia formas de se poder ter ultrapassado esta situação.

Se me perguntar que formas, eu digo-lhe uma: a de termos continuado com a marca e com o banco. Mesmo que a *governance* não fosse dos membros da família, nós tínhamos, e o Novo Banco também tem, uma equipa absolutamente fantástica. É uma equipa, quer em Portugal, quer em Espanha, quer em outros países, fantástica! Poderíamos,

inclusivamente com a ajuda do BESI, que também tem uma equipa de técnicos muito boa, ter ultrapassado este momento, mas não foi assim.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, então, de quem é a culpa?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Boa pergunta!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Acho que a culpa — muita! — tem de nos ser imputada. Não fujo das minhas responsabilidades, mas acho que ao nível das entidades poderíamos ter tido um apoio importante: tempo! E não nos deram esse tempo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Voltando à questão da ESI, olhando para os ativos e passivos que vão de 2007 a 2014 — isto reconduz-se também a algo que Machado da Cruz deu a entender, ou seja, que, paralelamente a uma ocultação de passivos, também poderia estar a ocorrer uma sobrevalorização dos ativos —, é possível verificar que há um aumento gradual do passivo total que vai sendo acompanhado sempre com um aumento gradual dos ativos.

Pergunto: como é que encara este acompanhamento da valorização dos ativos, principalmente tendo em conta que o valor dos ativos cresceu num período de dificuldades económicas e financeiras graves, sendo que não se verificaram, no fundo, alterações significativas dos ativos GES que justificassem este aumento inusitado dos mesmos?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputada, eu não tinha o pelouro da tesouraria e da contabilidade.

Olhando agora a essa situação, estou, de facto, desconfortável com a mesma.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — É que aconteceu, claramente, o mesmo com a Rioforte.

Vou ter de lhe fazer uma pergunta, muito embora me pareça que também irá dizer que não tinha o pelouro, pelo que não me deve conseguir responder. As contas consolidadas de 2013 relativas à Rioforte revelaram igualmente um elevado passivo, bem mais elevado em 2013 do que em 2012. Como é que explica este aumento?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu não tinha responsabilidade nenhuma da Rioforte, mas o que me foi dito foi que o passivo da ESI passou para a Rioforte.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — O que aconteceu foi exatamente o mesmo registo que acabei de referir ao nível dos ativos.

Curiosamente, a Ernest & Young considerou que, relativamente ao relatório de 2013, a Rioforte refletia de forma adequada a posição financeira da empresa, mas deixou um alerta em relação ao qual gostaria de o ouvir e que tinha a ver, de alguma forma, com o facto de o valor dos ativos acompanharem ou não o valor de mercado, nomeadamente no que se refere às participações diretas e indiretas da ESFG (Espírito Santo Financial Group).

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, se não se importa, não percebi bem...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Quanto às contas da Rioforte, atribuíram aos ativos um determinado valor contabilístico e este valor resultou de diversas operações que permitiram aumentar artificialmente o valor dos ativos, nomeadamente através da compra das participações diretas e indiretas na ESFG, que foram adquiridas sem contrapartida em dinheiro por um determinado valor, valor esse muito superior ao seu valor de mercado. Tem conhecimento disto?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não acompanhei isso. Eu não estava na Rioforte e não acompanhei essas compras na Rioforte.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, a pergunta é simples: como é que avalia a situação do GES em 31 de dezembro de 2013? Estamos perante desequilíbrios significativos de valor real dos ativos GES e do valor reconhecido dos passivos, montantes passivos reconhecidos ou mesmo encargos de financiamento que são dificilmente satisfeitos pelas receitas libertas pelo GES. Como é que avalia? Não estaria já numa situação de insolvência?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — A parte financeira do Grupo apresentava várias soluções com as quais seria possível resolver a situação do Grupo se um determinado programa, que eu já referi aqui, avançasse. Nós tínhamos investidores institucionais e particulares que estavam interessados em entrar como sócios no capital do Grupo e, além disso, havia também um programa de desalavancagem, de venda de ativos.

Aliás, tem-se visto, agora, que a venda de ativos, se esse programa dos investidores não avançasse, poderia resolver uma parte importante da

situação. De facto, essa venda de ativos tem sido uma realidade; o caso da saúde correu francamente bem; vendeu-se a Espírito Santo Viagens; estão a vender-se, neste momento, os hotéis; e existem outros ativos que atualmente estão com uma tendência de valorização e, portanto, esse programa poderia ter sido realizado.

Como eu disse, o que faltou, a meu ver, foi tempo. O programa que era idealizado pelo Dr. Ricardo e pela sua equipa, tendo também o apoio da equipa do BESI, poderia ter sido realizado, mas não tivemos tempo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, uma vez que o que se está aqui a discutir é exatamente a solução, pergunto em concreto: que diligências é que foram tomadas quando se soube da verdade financeira da ESI? Qual é que foi a sua participação?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Ficámos surpreendidos com essa situação e a ideia era desenvolver este programa que consistia em atuar o mais rapidamente possível para baixar o endividamento e poder reembolsar as dívidas o mais rapidamente possível, vendendo também ativos e chamando também investidores que não fossem os atuais.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Esse plano de reestruturação foi-vos, portanto, apresentado por Ricardo Salgado. E todos concordaram?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Acompanhou a reunião do conselho superior com o Banco de Portugal, na tarde de 3 de dezembro?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, se pudesse dizer algo mais do que «afirmativo»... Eu gostaria de saber qual foi efetivamente a sua perceção, do ponto de vista do Banco de Portugal, em relação àquilo que foi apresentado. É que isso é importante, uma vez que Ricardo Salgado disse-nos aqui que, basicamente, ficou muito surpreendido com a não recetividade das mesmas propostas e que tinha ideia de que, à partida, essa recetividade existiria.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, desculpe, sobre o Banco de Portugal, percebi a sua pergunta, mas sobre o Dr. Ricardo, não...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Se puder responder apenas à primeira parte, já agradeço.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O Sr. Governador mostrou-se preocupado com a situação de endividamento do banco junto à ESI e disse que era absolutamente necessário separar as duas partes — a parte financeira e a parte não financeira —, indicando que era necessário fazer-se o tal *ring-fencing*, deixar de vender o papel comercial na rede, pois, como lhe disse, o assunto era sempre refletido na rede, e recomendando que se começasse a trabalhar, sendo que me lembro que foi referido um período de tempo muito curto.

Era intenção do Sr. Governador que isso se fizesse o mais urgentemente possível e também que os membros da família, a prazo, fossem saindo e fosse dada a gestão a profissionais.

Ora, devo dizer que, se a família tem de sair, muito bem, saímos, mas há na família grandes profissionais que ainda estão, hoje em dia, em funções, sobretudo na geração mais nova. E nós, mais velhos, também temos grandes profissionais, mas, se tínhamos de sair, tudo bem, era uma ordem.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Então, o Sr. Doutor ficou a perceber destas questões da alteração do modelo de *governance* e da intenção do Banco de Portugal de afastamento da família dos órgãos de gestão em dezembro e não em fevereiro?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em fevereiro foi dito de uma maneira mais incisiva.

Mas o Sr. Governador, tanto quanto julgo lembrar-me, referiu isso também nessa conversa de uma maneira mais leve — aliás, era a primeira vez que tínhamos falado.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, julgo mesmo que, em 7 de novembro, isso já teria sido objeto de discussão, numa reunião do conselho superior — pelo menos, foi o que Ricardo Salgado aqui referiu.

Sucessivamente, em poucas horas, o que aconteceu foi uma carta do Banco de Portugal ou, enfim, recomendações e determinações do Banco de Portugal, num sentido que não acolheu o plano de reestruturação.

Já nos falou aqui das questões do tempo e eu pergunto: não quer abordar as questões da exequibilidade ou da adequabilidade dessas medidas que lhe são impostas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, presumo que, daquilo que lhe é apresentado, o que identifica como maior problema é a questão do tempo. Depois, Ricardo Salgado envia uma nova carta ao Governador e ao Vice-Governador, em 5 de dezembro.

Portanto, o que acontece aqui é que existe uma sucessão de cartas entre o Banco de Portugal e o Grupo.

Sr. Doutor, é comum — e tenho mesmo de lhe fazer esta pergunta —, perante a gravidade dos factos que estavam aqui em cima da mesa, proceder-se a uma espécie de braço-de-ferro negocial entre o supervisor e o supervisionado?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, eu não fazia parte do grupo que estava preparado para responder às cartas, mas tinha conhecimento delas e discutiam-se essas cartas.

De facto, não posso considerar como sendo um braço-de-ferro... Aliás, o Sr. Dr. Ricardo Salgado tinha um grande respeito — sempre teve e sempre no-lo disse — pelo regulador; agora, eram-nos impostas condições muito apertadas e muito difíceis, sendo que os próprios técnicos se viam aflitos para resolver as questões e dar as respostas nos períodos exigidos pelo regulador.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Ainda bem que refere isso, porque agora eu gostaria de passar para o tema da idoneidade, da questão da mudança de *governance* e da importância dessa mesma mudança.

Aquando do conhecimento da verdade financeira da ESI, ou seja, da ocultação do passivo, teve igualmente conhecimento de algum processo de reavaliação da idoneidade de membros de órgãos de administração?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu penso que tive antes, porque foi na altura da renovação dos cargos para o banco de investimento que recebemos a carta a dizer que o meu processo de idoneidade estava a ser revisto.

Não lhe sei dizer a data exata, mas tenho a impressão de que foi...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mais ou menos em que mês?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foi ainda no ano passado.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Em 2013?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Em 2013?!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não?! Então, não sei, mas posso dizer-lhe depois, porque tenho lá a carta.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Agradeço-lhe que o faça.

A questão da idoneidade, tanto quanto nos tem sido possível apurar, começou, desde logo, por suscitar maior preocupação e até maior atenção, mesmo mediática, aquando das questões das regularizações fiscais e, depois, quando se noticiou da liberalidade dos 14 milhões de euros pagos pelo construtor José Guilherme a Ricardo Salgado.

Sr. Doutor, quando é que soube do pagamento desta dita liberalidade?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Fomos informados pelo Sr. Dr. Ricardo Salgado — e penso que a notícia terá saído nos meios de comunicação — antes. Depois o Dr. Ricardo Salgado reuniu com os membros do conselho superior, informou que era um assunto do foro pessoal, que não dava mais nenhuma explicação e pediu que respeitássemos a sua decisão.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E isso, Sr. Doutor, não lhe suscitou quaisquer dúvidas? Não pediu quaisquer explicações?

Portanto, o Dr. Ricardo Salgado, com todo o respeito institucional que impunha no quadro do conselho superior, basicamente dizia-vos algo como «isto foi uma liberalidade que é do meu foro pessoal» — e estamos a falar de um presidente de um banco que recebe 14 milhões de euros — e não lhe são pedidas mais explicações e é-lhe respeitada a respetiva palavra?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foram-lhe pedidas explicações, falou-se sobre o assunto e o Dr. Ricardo Salgado disse que era um assunto do seu foro pessoal e que agradecia que não se falasse mais sobre o assunto.

Se me pergunta se eu estou de acordo, respondo-lhe que não estou.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Agradeço que o tenha dito, porque começava a ficar um pouco frustrada até com as perguntas, porque acho que dificilmente cabe, num montante de 14 milhões de euros, o termo «liberalidade».

E a minha pergunta seguinte é se, alguma vez, na sua vida, na sua experiência profissional, lhe foi dada semelhante liberalidade — e nem precisa ser um montante de 14 milhões de euros, pode ser um pouco menos.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito obrigada.

Parece-me, portanto, que, no quadro do conselho superior, o tipo de gestão corria um pouco a reboque daquilo que o Sr. Doutor aqui nos disse, ou seja, o que não lhes era informado, não sabiam. É assim?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — É! De facto, é assim!

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, tanto no quadro do conselho superior como na sua vida profissional, não entende que, tendo em conta as responsabilidades que exercia, uma gestão que se quer sã, prudente e diligente exigiria uma atitude mais pró-ativa?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu nasci no seio de uma família em que a confiança era a palavra de ordem. Tanto para o meu pai como para os meus tios, um deles avô do Dr. Ricardo (porque, sendo eu

da mesma idade, o Dr. Ricardo é da quarta geração e eu sou da terceira por diferença de idades dos pais), a confiança era uma palavra de ordem.

Toda a minha vida, até ter deixado o banco, tudo o que eu fazia era em confiança com os conhecimentos que tinha dos outros organismos, dos outros departamentos... A mais sendo uma família, a mais tendo um nome como este, um nome que é um legado de um País, são 150 anos! Houve famílias inteiras que beneficiaram de um relacionamento, de um tratamento, assim como instituições, tudo isso...

Portanto, se me perguntam se estou confortável, respondo que não estou. Acho estranho.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, queira terminar.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, depois dessa sua resposta, basicamente pergunto-lhe: tendo em conta exatamente essa questão da confiança, qual era o primeiro interesse que a família Espírito Santo servia? É que julgo que a confiança exige um pouco mais para além daquilo que constitui a palavra de uma pessoa só. Era assim?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — No meu ramo familiar, o meu interesse era o respeito pela instituição e, obviamente, pelos colaboradores do Grupo. E quando se diz respeito pela instituição, quer dizer respeito pelos clientes — e isso era uma coisa muito importante.

Quando comecei a trabalhar no banco, o meu pai dizia-me: «Não te esqueças de que o dinheiro que está aqui dentro, no banco, não é teu, é dos clientes. Portanto, a tua maior preocupação tem de ser a de saber servir bem os clientes para que o nome e a instituição sejam respeitados».

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero fazer só mais uma última pergunta.

Sr. Doutor, entende, portanto, que serviu bem os interesses dos clientes, ao ouvir e assumir cegamente as diretrizes centralizadoras de Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em consciência, eu fazia confiança em tudo o que me era dito. Se fiz bem ou mal, vamos ver. Essa é exatamente uma conclusão a que, tenho a certeza, esta Comissão de Inquérito me vai poder ajudar a chegar.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva.

Já não é a primeira vez que surge a ideia de que a única coisa de que precisaram e não tiveram — e refiro-me ao banco, à família — foi tempo. Isso insinua que houve uma espécie de condenação por parte de alguém ao optar por não dar tempo e eu gostava que nos explicasse exatamente qual é a tese que serve à alusão ao tempo.

Também nos foi aqui dito que o banco foi forçado a desaparecer. Parece-nos a mesma tese e eu gostava de compreender, exatamente, por que julgam que não vos terá sido dado o tempo, que entendiam necessário, independentemente do que o PCP considera sobre isso, e o que significa «terem sido forçados a desaparecer».

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em relação ao tempo, não é, digamos, uma tese minha; é uma constatação minha, porque eu tinha conhecimento do plano que estávamos a querer desenvolver e que estava a ser elaborado por equipas do banco e do banco de investimentos, sob orientação do Dr. Ricardo Salgado e de outros diretores e financeiros do Grupo. Tínhamos uma reunião semanal a que eu assistia, mas não tomava parte ativa, já que só queria ter conhecimento para poder explicar aos meus clientes como é que seria a evolução.

Portanto, o meu sentimento é que esse programa, como já lhe disse, era para negociar tempo com os portadores da dívida. Ou seja, suponhamos, com um detentor de 10 000 € de dívida, nós poderíamos negociar, pagando-lhe 4000 € agora e negociar os 6000 € que faltavam em x tempo, por exemplo, em seis anos, pagando 1000 € por ano com um determinado juro.

Isso era uma parte em que estávamos a trabalhar e, ao mesmo tempo, íamos vendendo os ativos da Rioforte e da ESI, o que nos daria tempo, mas era necessário também termos o apoio de uma instituição que ajudasse com o crédito para se fazer esse programa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, mas isso comporta uma ideia de que o Banco de Portugal, por algum motivo, terá decidido acabar com o BES. Qual é a sustentação para essa acusação que se lança de que o Banco de Portugal quis acabar com um banco?

Sr. Presidente, já agora, deixe-me só acrescentar isto: que quis acabar com um banco ao qual até aí tinha revelado total apoio. Desde 2000 que sabemos que o Banco de Portugal anda, na prática, a apaparicar o BES, sabendo das irregularidades, sabendo dos problemas e nunca atuou; de repente, de acordo com a tese que aqui nos traz a família, não lhes deram

tempo e o Banco de Portugal decidiu acabar com o banco. Compreenda que é estranho e que gostávamos de compreender isso.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, desculpe, mas não consigo fazer processos de intenções, porque não vejo o Banco de Portugal, de repente, a querer acabar com uma marca assim... Aliás, digo-lhe que já em 1975, quando o banco foi nacionalizado, foi o Banco de Portugal que não autorizou que se acabasse com a marca Espírito Santo.

Portanto, não consigo responder a essa pergunta. Não faço processo de intenções, desculpe.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, repare, são os próprios que o fazem quando dizem que não vos deram tempo, que não vos deixaram salvar o Banco. É aí que está uma acusação, se não ao Banco de Portugal, ao Governo. Enfim, alguma coisa estão a tentar insinuar ao dizer que o Banco foi forçado a desaparecer e que não vos deixaram cuidar de aplicar o plano de reestruturação que pretendiam.

Era isso que gostava de compreender, porque por detrás dessas palavras deve estar algum processo de intenções.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não consigo responder! Não consigo ver que haja um processo de intenções do Banco de Portugal. Se calhar, não leram bem, não perceberam. Estariam, digamos, desconfortáveis com alguma situação? Não sei. Não sei dizer-lhe, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, é tudo muito estranho, porque, no próprio dia 30 de julho, o Banco de Portugal emitiu um comunicado a dar confiança ao banco, publicamente, a dizer que era possível uma solução de mercado e, dois dias depois, o Banco de Portugal determinou uma medida de resolução.

Portanto, compreenda que somos levados a crer que alguma coisa se passou nesses dias, ainda por cima com os depoimentos da família que nos dizem, sucessivamente, que não vos foi dado o tempo necessário.

Sobre a ESI, gostava de me referir à questão do passivo. Qual era a origem do passivo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O passivo da ESI resultava não só da acumulação de dívidas que estavam alocadas na ESI, que foram lá colocadas, mas também do acumular dessas dívidas durante os anos, as quais tinham de ser financiadas e, como os juros não dormem, a dívida foi-se acumulando... Por outro lado, também houve negócios que foram maus, que foram lá estacionados e que também deram origem a essas dívidas. Isto é o que eu sei!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Algures em 2009/2010, disse-nos que terá sido alertado para um passivo inusitado na ESI. A nota técnica do Banco de Portugal, contudo, diz-nos que estaria informado, não do passivo, mas da ocultação do passivo, desde 2008. É uma acusação que terá de desmentir, não nesta sede, mas onde estiver a ser julgado por essas questões.

Pergunto-lhe: como é que essas dívidas foram parar à ESI?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Pois, isso era um critério da responsabilidade da contabilidade do Grupo. Eu não tinha essa responsabilidade e não sei qual foi o critério que levou os responsáveis a colocarem essa dívida na ESI.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Antes do conhecimento do passivo da ESI todos tinham sabiam da elevada exposição do banco à ESI, aliás a todo o ramo não financeiro?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso apesar dos alertas.

Em 2001, pergunto-lhe, exatamente, se tinha tarefas executivas no banco.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Apesar dos alertas que já, nessa altura, eram produzidos pelo vosso auditor externo, nunca foram tomadas medidas para reduzir essa exposição, independentemente do passivo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Seguíamos as indicações do auditor e tentávamos reduzir a exposição ao Grupo, mas, de facto, não conseguimos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não só não conseguiram, como ela foi aumentando.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sabe explicar-nos que operações é que geraram esse aumento?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, nesta altura não lhe sei dizer...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — No período todo!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Houve muitas operações, entre financiamentos a empresas de construção, a hotéis...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, está a referir-se a empresas de construção e a hotéis do Grupo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Do Grupo.

Por exemplo, a Portugália foi uma empresa que teve, também, um forte financiamento do Grupo, porque tentávamos a toda a força recuperá-la — e estava a ser recuperada. A Portugália esteve vendida à Swissair e depois o negócio não se concretizou por uma razão de estratégia, o que foi pena, porque teria sido muito bem vendida. Todo esse género de...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A Swissair faliu!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, mas antes dela falir.

Risos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas acabou por falir.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Mas já tinha comprado a Portugália e o problema já não seria nosso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era dos trabalhadores que lá ficavam!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não era dos trabalhadores, porque a Portugália, graças a Deus, foi vendida e os trabalhadores continuam lá todos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas não foi à Swissair!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não é isso. Aliás, devo dizer que o Grupo Espírito Santo é conhecido por tratar muito bem os seus colaboradores.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Aí a doutrina divide-se, como se costuma dizer, e eu tenho outras opiniões.

De qualquer das formas, e falando de antes de 2001, porque é de 2001 o documento mais antigo que temos e que indica, claramente, que algumas operações aumentavam a exposição do BES ao GES, aliás à ESR e à ESI, dando nota de passivos significativos, pergunto-lhe: esse tipo de operações, o financiamento preferencial ou a atribuição de crédito preferencial por parte do banco a empresas do seu próprio Grupo, iniciou-se quando?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, eu não fazia parte do comité de crédito do banco e essas operações evoluem ao longo dos anos, e não é de 2001, de certeza, mas, talvez, até de antes. Eram operações que eram aprovadas em conselho de crédito e tanto eu, como o Dr. Ricardo não fazíamos parte desse conselho, mas conhecíamos as operações, depois, na revisão, de tempos em tempos. Todavia, essas eram operações que eram aprovadas, auditadas e conhecidas do regulador. Portanto, eram operações absolutamente normais.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Absolutamente normais não; eram do conhecimento do regulador. Enfim, considerarmos que um banco que usa os depósitos dos seus clientes para financiar as suas próprias empresas... Bem, o regulador pode entender que são operações normais, mas eu julgo que devemos ter cuidado na forma como as descrevemos, porque, se não, as suas desculpas aos clientes do BES caem em saco-roto se considera que o que foi feito no banco foi normal. Julgo que não se pode dizer que é normal usar o dinheiro das pessoas para financiar as aventuras de um grupo privado, ou melhor, é banal, mas não é moralmente aceitável.

Sobre a ocultação do passivo e o contacto que Machado da Cruz terá tido consigo, não fez nenhuma diligência especial já nos disse aqui, pelo menos foi o que entendemos. Portanto, tentou, única e exclusivamente, dentro do Grupo resolver o problema. Foram apresentadas, na altura, algumas soluções para o problema?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em relação ao aumento da dívida?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — À ocultação.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Foi sabido agora, Sr. Deputado, nós não tínhamos conhecimento disso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Praticamente quando isso aconteceu acabou o Grupo. Foi praticamente ao mesmo tempo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sobre os seus pelouros concretos na comissão executiva, ao longo dos anos, quais eram eles?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu tinha o Departamento Comercial do Private Banking, tinha o Departamento do Private Banking Internacional, que era um departamento com a sociedade financeira do exterior, tinha toda a ligação com os residentes no estrangeiro, com a emigração portuguesa, e fui responsável pela implementação da sucursal na Venezuela e da sucursal no Luxemburgo, mas apenas referentes ao negócio com a emigração, com os residentes no estrangeiro, porque eu não tinha ligações institucionais.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quem é que desenhava os produtos que eram vendidos no Private Banking e no Internacional?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Era o Departamento da Poupança...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O DGP?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O DGP, Direção-Geral da Poupança.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Direção e Gestão de Poupança.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, Direção e Gestão de Poupança.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, portanto, presumimos que fosse a pedido de alguém, ou não havia...

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, esses departamentos acompanhavam a evolução do mercado e dos produtos postos a funcionar e à disposição dos clientes nos mercados, produtos esses que depois apresentavam à comissão executiva, na sede do ALCO (Assets and Liability Committee), eram explicados e aprovados e, depois, eram postos à comercialização na rede.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode explicar-nos em que consistiam os principais produtos?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Havia produtos a pedido dos clientes, havia também produtos *tailor-made* e havia produtos de ações, de obrigações de outras empresas, que se metiam dentro desses produtos, ou seja, que faziam parte desses produtos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ações preferenciais e ações emitidas pelo próprio BES.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em alguns deles, não em todos, em alguns.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Parte destes produtos talvez seja o que compõe o conjunto de obrigações de longo prazo que foram obrigadas a ser aprovisionadas no último relatório e contas do BES.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Essa parte, eu já não estava...

O Sr. Deputado está a referir-se a que obrigações a longo prazo?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há um total de mais de 1200 milhões, se não estou em erro, de obrigações, que devem corresponder a vários tipos de obrigações, e ter-nos-á sido dito aqui, penso que por Ricardo Salgado, que a maior parte dessas obrigações diziam respeito a clientes das áreas que eram da sua tutela, portanto, das comunidades no estrangeiro, nomeadamente da Venezuela, sendo que, na altura, foram também indicadas outras proveniências.

Portanto, pergunto-lhe: o produto que estava a colocar era, em boa parte, a origem das provisões que o banco foi obrigado a constituir, algures no final de julho de 2014?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — De facto, em julho eu já não estava e não tenho ainda conhecimento que tenham sido esses

produtos. Mas pode algum ter sido provisionado, mas não tenho o montante.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode ser uma parte, então, desses 1200 milhões, certamente.

E quais eram os ativos que sustentavam esses produtos? As ações, as obrigações, eram de que empresas, exatamente?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Lembro-me de que havia produtos da Escom e também produtos da ES Tourism. Eram as duas empresas de que agora me lembro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há muitas pessoas que, ainda hoje, não conseguiram obter a remuneração por estes produtos, independentemente das garantias que foram dadas na altura, e nós precisamos de perceber também qual foi o seu provisionamento e qual era a sua fundação.

Sobre as relações com o poder político, surge em atas em que estava presente a necessidade de fazer contactos com o Governo. Gostaria de lhe perguntar se isso era natural surgir como assunto nas reuniões do conselho de administração.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, Sr. Deputado. A única vez... Eu não tenho um relacionamento com o poder político, isso não estava, digamos, nas minhas funções...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estava nas funções de outro administrador?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu tinha a responsabilidade dos particulares, e isso era muito importante.

Portanto, quando falávamos nisso era, de facto, porque havia que explicar aos responsáveis do País que o Banco Espírito Santo e o Grupo Espírito Santo estavam a atravessar uma fase difícil. Acho absolutamente normal que um Grupo como o nosso tenha, em momentos de dificuldade — e esta foi uma grande dificuldade que, infelizmente, acabou como acabou —, o dever de informar o Governo, mas sem mais qualquer outra intenção.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não me refiro a informar o Governo, Dr. José Manuel Espírito Santo; refiro-me a alusões concretas e claras, que existem nas atas, no sentido de ser necessária, e vou citar: «muito estreita coordenação com o Banco de Portugal e o Governo é exigida por Xavier Musca e outros...». E dizem mesmo: «É preciso uma coordenação muito estreita com o Banco de Portugal e o Governo, no sentido de reforçar a credibilidade junto do mercado e dos clientes quanto à solidez do banco». Portanto, isto não é bem o mesmo que dizer: vamos informar o Governo de que o Banco está a atravessar um mau período; isto é encomendar um discurso ao Governo. E isto não surge uma só vez nas atas...

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Esse senhor era membro do conselho de administração do Crédit Agricole, com experiência de governo em França, e teve a preocupação de passar o testemunho das coisas que ele achava que eram importantes — como em França se fazia — em situações em que as empresas estavam mal e em que poderia haver uma abertura do Estado para resolver determinadas situações. Aliás, foram aqui referidos pelo Dr. Ricardo os casos da Peugeot, da Ford e de outras

companhias internacionais, e era nesse sentido que ele falava nessa ata. Mas eu já não estava no conselho de administração quando essa ata... É de 30 de julho?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, nesta ata o senhor está presente. Nesta e nas outras duas anteriores, a 11 e 13, se não estou em erro; não só está presente como intervém...

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, estava.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... e o assunto surge e não é no sentido de dar conhecimento ao Governo, torno a dizer; é no sentido de encomendar ao Governo uma intervenção pública que, curiosamente, veio a acontecer. Essa intervenção pública do Governo veio a acontecer, o Governo veio à praça pública dizer que o banco estava robusto e sólido, tal como, aliás, veio o Presidente da República, a terreiro, chancelar a solidez do banco, enganando os clientes e, eventualmente, potenciais investidores.

Por isso, o que lhe pergunto é se era comum surgir este tipo de alusões ao trabalho que o Governo tinha de fazer para salvaguardar a estabilidade do banco. Não lhe pergunto se era o senhor quem realizava esses contactos ou se sabia quem era; pergunto-lhe se era comum que no conselho de administração se dissesse: precisamos que o Governo intervenha sobre esta matéria. Porque foi isto que aconteceu em duas atas seguidas de reuniões em que o senhor esteve presente.

Presumo que o meu tempo se esteja a esgotar e, portanto, pergunto-lhe apenas se nos pode precisar o que queria dizer com «pôr o Moedas a funcionar». Disse-nos para não interpretarmos mal, estou aqui a fazer um esforço para não interpretar mal, mas gostaria que nos explicasse

exatamente o que é que é interpretar bem, porque parece-nos que ter conhecido o Dr. Moedas que, curiosamente, na altura era Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, numa conferência ou num congresso em que ouviu uma intervenção dele e ficou deslumbrado e achou que lhe poderia telefonar para que ele lhe desse um jeito a «abrir as portas» no Luxemburgo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quando puder terminar agradecia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, gostaria que nos pudesse explicar o que é que isso significa, porque não é muito credível essa ideia de que ouviu uma intervenção do Sr. Secretário de Estado, ficou deslumbrado, era muito competente e, então, achou que tinha um ascendente sobre ele e que lhe poderia telefonar para o «pôr a funcionar», sabendo-se lá exatamente o que é que isso quereria dizer!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, quero afirmar que nós nunca encomendámos nada ao Governo, nem era nossa intenção encomendar o que quer que fosse! Temos, sim, de dar conhecimento, o que é um dever diferente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não é o que está na ata.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Está bem.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Só estou a usar o que está na ata.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim senhor.

Em relação ao Eng.º Moedas, eu já disse qual era o contexto. Era um contexto em que quando aparecia uma pessoa era normal que pudesse falar com ela, pedir-lhe ideias e até opiniões.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar esta primeira ronda, dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. José Manuel Espírito Santo, em 2006 — apercebemo-nos há bocado —, a Espírito Santo Resources, ainda a antecessora da Rioforte, estava com problemas e, segundo sabemos, à beira da falência técnica.

De certeza que isso foi discutido no conselho superior, havia de ser uma grande preocupação para o Grupo Espírito Santo e eu pergunto: porquê?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.ª Deputada, desculpe, mas não percebi a sua pergunta. Não se importa de repetir? Obrigado.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Eu explico. Ainda há pouco, na audição da manhã, estivemos a discutir um relatório, de 2006, penso eu, em que se aborda uma possível reestruturação da ES Resources, antecessora da Rioforte, a parte não financeira do Grupo, que estava com grandes dificuldades e que poderia até correr o risco de falência e, por isso, o Grupo entrou numa reestruturação e daí saiu a Rioforte.

A minha pergunta é: por que é que em 2006 o ramo não financeiro já estava com problemas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada, já percebi.

Foi nesse momento que o Dr. Fernando Martorell foi convidado para fazer a reestruturação do Grupo e a ideia era ficarem na Resources todas as instituições da Resources que tivessem problemas e pôr na Rioforte todas as que estivessem a funcionar e que tivessem capacidade para se desenvolver.

Isso aconteceu porque houve vários investimentos antes disso, sobretudo investimentos na área da parte agrícola, que tiveram, digamos, um desempenho mau e lento e que, portanto, originaram perdas na Resources. Tanto quanto me lembro, foi esta a causa principal, mas penso que o Dr. Manuel Fernando também já poderá ter explicado isto melhor. Não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito pouco.

Mas, basicamente, em 2006, a parte não financeira estava com problemas, e, em 2008, já sabíamos que a ESI estava com problemas, eventualmente, por causa da parte não financeira.

Pergunto: a parte não financeira alguma vez deu problemas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Num grupo grande há sempre problemas, infelizmente. A parte não financeira teve companhias com grande êxito e que eram rentáveis.

Hoje em dia temos a parte agroindustrial toda, no Brasil e no Paraguai, por exemplo, que é um sector do Grupo que está a ter sucesso nos seus resultados. Mas o problema é que demorou 15 anos a ter os seus

resultados e, portanto, foi um peso durante anos e isso levou a esta situação.

No entanto, há outras empresas que têm grande sucesso e estou convencido de que, por exemplo, os hotéis, a saúde, e tudo isso, são casos que vão ter, com certeza, uma evolução boa, mas, infelizmente, já não connosco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Era assumido dentro do conselho superior que a parte não financeira se financiava através da parte financeira? Era assumido que o BES, os fundos, vendiam dívida da parte não financeira? Era conversada esta estratégia, este financiamento, da parte não financeira?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, era assumido que a parte não financeira era financiada pelo BES? É isso?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pela parte financeira?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em parte sim, mas dentro dos limites que eram autorizados pelos reguladores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Doutor fez parte dos órgãos de administração da ESAF, se não estou em erro.

Houve um período de alguns anos em que os fundos, como a ES Liquidez ligados ao BES, tinham uma enorme exposição ao GES. Eles, aliás, só existiam para vender dívida do GES. Isto era do seu

conhecimento? Era assumido que o BES criava e geria fundos que tinham dívida do GES como 80% ou 90% dos seus ativos?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, sei, é verdade! Mas era uma situação autorizada pelos reguladores e, quando se limitou a 20%, o Grupo reduziu a sua exposição nesses fundos para 20%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas era assumido entre todos, era uma estratégia, que os fundos serviriam para financiar o GES?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não só. Quer dizer, esses assuntos eram vistos na comissão de investimentos da ESAF e, portanto, eles autorizavam que isso assim fosse. Eram autorizados a serem vendidos...

Eu estava no conselho de administração da ESAF, assistia ao conselho de administração da ESAF, mas dessa parte técnica toda eu não fazia parte. Era, digamos, o comité de investimentos da ESAF que geria essa parte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem é que decidia que percentagem e que montante de dívida dos fundos da ESAF vinha do GES? Quem é que decidia o nível de exposição?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Era o comité de investimentos da ESAF.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que mandava no comité de investimentos da ESAF?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sei dizer-lhe, mas penso que era o Dr. Pedro Rocha. Não sei dizer agora o nome.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Participou em discussões em que decidiram não consolidar as contas da ESI, porque isso obrigaria a ter um auditor externo e um revisor oficial de contas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Era a explicação que nos dava o nosso responsável das contas, o *commissaire*.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E por que é que o conselho superior e o GES beneficiariam em não ter as contas auditadas por um revisor externo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não era uma questão de beneficiar ou não beneficiar, quer dizer, não era obrigatório. Essas contas foram aceites assim durante vários anos no Luxemburgo, nunca nos obrigaram a fazê-lo e, portanto, era assim que se atuava.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas não havia a sensação, ainda que tácita, de que no dia em que o fizessem iam descobrir um passivo um bocadinho maior do que aquele que existia a nível individual?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Na minha parte não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2013, descobre-se a dívida da ESI e já lhe foi perguntado por que é que a dívida aumenta.

Pergunto: por que é que a dívida da ESI aumenta tanto em 2013? E em 2012 também?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Ela aumenta porque há uma parte da dívida do Grupo que vai para a ESI, que é posta na ESI, e porque aparecem a somar os tais 1300 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esses 1300 milhões de dívida, a somar, é dinheiro que a ESI empresta à ES Resources de, se não estou em erro, cujo conselho de administração também faz parte.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Da Resources? Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Por que é que em 2013 a ES Resources, que era um veículo que tinha ativos em fim de vida — como, aliás, já o disse há pouco —, precisa de 1300 milhões emprestados da ESI?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, não tomei parte nessa decisão que foi tomada pela parte financeira. Não lhe sei explicar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que era a parte financeira da ES Resources?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Como já lhe disse, e já aqui foi referido, a tesouraria do Grupo era gerida centralmente pelo Dr. Ricardo Salgado, pelo Dr. José Castella e pelo Dr. Machado da Cruz. Eles geriam toda essa parte da tesouraria.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nenhum administrador da ES Resources, que sabia que tinha nas suas mãos um veículo que geria ativos em fim de vida e que, de repente, reparava em 800 milhões de novos ativos da Eurofin e no aumento do passivo correspondente que vinha da ESI, estranhava, perguntava? Nunca olharam para os balanços? Ajude-me a compreender.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Os balanços eram-nos apresentados no fim de cada ano e havia uma explicação sumária da evolução da dívida e da evolução da contabilidade e da estrutura do balanço, que nós não contestávamos, porque vinham com o selo «bom» desse grupo de responsáveis.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que fazia e apurava as contas e os balanços da ES Resources?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Era esse grupo. Há uma figura central aqui que é o Dr. José Castella, que era o *controller* financeiro do Grupo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Algum dos membros deste grupo estava no conselho de administração ou num órgão de administração da ES Resources?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não lhe sei dizer. Penso que o Dr. Castella estava, mas não lhe sei dar a certeza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não havia nenhum controlo interno, nem nenhuma proatividade de membros dos conselhos executivo ou de administração da ES Resources relativamente às contas da própria ES Resources? Era uma administração fictícia, no fundo.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Ela não era fictícia, mas era tratada centralmente por esta equipa. Não era fictícia!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, mas quais eram as suas funções lá?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu era administrador não executivo. Exerci muito poucas funções nessa área, porque, como já lhe disse, a minha área era a dos clientes. Tinha lá o nome, como muitos tinham, mas, como, aliás, se veio a verificar, não valia a pena, não havia razão para isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem eram os responsáveis executivos — e digo legalmente, estatutariamente — que geriam esta ES Resources?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Tenho de ver nas atas, porque não me lembro agora de quem seriam, mas o responsável está aqui dentro deste grupo de pessoas de que lhe falei, de certeza.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A ES Resources tinha 800 milhões investidos na Eurofin. A Eurofin pertencia, foi criada, por um senhor chamado Cadosch que trabalhou, segundo sei, na Banque Privée.

Sabe dizer-me que funções é que ele desempenhava? Por que é que saiu? Por que é que se afastou do Grupo? O que é que se passou?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O Alexandre Cadosch trabalhava na Banque Privée num pequeno núcleo que tentámos desenvolver no *corporate banking*, mas com o passar dos anos, vimos que nas funções, digamos, da Banque Privée não fazia sentido uma estratégia de *corporate banking*. Então, o Alexandre saiu, com o nosso acordo, e decidiu fundar esta sociedade, tanto quanto me lembro.

Portanto, saiu por iniciativa própria e constituiu a sua própria sociedade. Era e é uma pessoa muito ativa, de grandes iniciativas e que estava muito focalizado nesse segmento do negócio.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez a criação da Eurofin foi discutida com membros do conselho superior ou com membros do GES?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, pode repetir?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto se a criação da Eurofin foi discutida com membros do Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não. Tomámos conhecimento e depois chegámos a ter uma participação através da Resources, que depois foi alienada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E em que período é que essa participação foi adquirida, a quem e por decisão de quem?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — A participação terá sido adquirida logo no início com o intuito de alavancar negócios para a Eurofin e, depois, não lhe sei dizer quando é que foi vendida, não me lembro. A decisão foi, com certeza, do conselho da Banque Privée, ou seja, do Dr. Ricardo e minha. Não lhe sei dizer concretamente, mas foi de certeza por aí.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, a partir desse momento, qual foi a relação que manteve com a Eurofin? Os seus representantes eram figuras habituais nos corredores do banco? Eram contactos habituais do banco, quer na Suíça quer em Portugal? Que relações eram mantidas com este grupo que prestava variadíssimos serviços ao Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Esse grupo prestava serviços ao Grupo — não variadíssimos, mas alguns — e também havia clientes que tinham negócios dessa índole e que os desenvolvia com esse grupo.

A Eurofin teve, que me lembre, e tem, uma participação no Vimeiro, como eu já disse aqui, nas Termas de Monfortinho e na Herdade da Poupa. E penso que ainda as tem, vendemos essas participações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E uma participação na Espírito Santo Financial Group?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Soube agora dessa participação. Não tinha conhecimento dela, tive conhecimento numa reunião do conselho superior.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabia também que a Eurofin era o *broker* do BES, tinha um contrato com o BES e tinha até montado uma sala de corretagem...

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, a Eurofin prestava serviço ao BES, ao BESI e a outras entidades do Grupo, que agora não sei quais eram, mas que eram entidades que trabalhavam com a Eurofin. Aliás, a Eurofin continua a funcionar; perdeu um cliente grande, que é o Grupo Espírito Santo, mas continua a funcionar e a desenvolver os seus serviços. Teve de reduzir, segundo soube, mas continua a funcionar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que teve conhecimento que havia obrigações a serem emitidas a valores bastante acima dos valores de mercado, que eram emitidas principalmente por entidades do GES e que, depois, passavam pela Eurofin com um lucro, ou não, e que serviam para financiar a parte não financeira?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Pela comissão executiva do banco passava a aprovação das obrigações emitidas pelo BES e, portanto, eu tinha conhecimento nessas comissões executivas, no

entanto, não tinha, depois, o conhecimento do desenvolvimento financeiro e das operações financeiras que eram efetuadas com a Eurofin.

Como já disse há bocadinho, quando tive conhecimento das mesmas fiz uma carta aos meus familiares a dizer que não tinha conhecimento daquela circulação das operações, ou seja, de como elas eram feitas — aliás, elas eram feitas no departamento financeiro do banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é a data dessa carta?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Essa carta deve ser de julho ou de agosto... É do início do verão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Deste ano?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Deste ano.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É conhecido que havia um plano em abril que passava por utilizar os contactos de Durão Barroso, como Presidente da Comissão Europeia, para ajudar a salvar o BES e foi nessa sequência, também, que houve contactos com o Eng.^o Moedas.

Até percebo que tenha havido comunicações ao Governo a dizer, porque se trata do maior grupo privado português: «Atenção! Pode haver um problema aqui!». Mas não compreendo comunicações a Durão Barroso e a Carlos Moedas, a não ser que tenham um propósito muito concreto.

Pergunto: o que é que foi pedido, quer a Barroso quer a Moedas, nestes contactos?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Como já tive oportunidade de afirmar, Sr.^a Deputada, não fomos pedir nada para o Grupo; fomos, sim, avisar de uma situação que estava difícil no Grupo. E há pessoas que, devido às suas funções, podem ter uma maior perceção da gravidade dos assuntos e podem, digamos, dar um conselho, que para nós é importante. Mas não fomos pedir absolutamente nada; fomos apenas informar sobre uma situação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E que conselho é que lhe deram, Durão Barroso e Carlos Moedas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Que tentássemos, por todos os meios, encontrar soluções, quer em Portugal, quer internacionais, para resolvermos a situação da melhor maneira.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma conversa inútil, portanto.

Por isso, nem Durão Barroso nem Carlos Moedas encetaram nenhuns contactos nem nenhuma diligências para poder ajudar o Grupo, através de contactos com entidades no Luxemburgo, em Bruxelas, contactos com investidores privados... Foi um contacto verdadeiramente inútil.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Acho que falar com o Dr. Durão Barroso ou com o Eng.^o Carlos Moedas não é uma conversa inútil e ouvir os seus conselhos é bom, mas pode não ter resultado para este fim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se o conselho é «tentem lá resolver isso», não me parece um grande conselho, a não ser que haja um

conselho mais específico a dizer «tentem lá resolver isso desta ou daquela forma».

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, não foi essa a intenção.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento de reuniões entre Ricciardi e membros do Governo, ainda em 2013, cujo tema era uma substituição de Ricardo Salgado à frente do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Com membros do Governo, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento de conversas entre Ricciardi e outras pessoas com alguma influência, relativamente à substituição de Ricardo Salgado no Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Afirmativo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E com quem foram essas conversas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Eu não estava presente nas conversas, soube delas posteriormente e a única recomendação que dei foi: «Vamos com calma, temos de avançar num projeto de sucessão». Aliás, já tinha sido conversada entre mim e o Dr. Ricardo essa evolução, que teria de ser feita, mas a minha recomendação é que tinha de ser feita dentro de casa, sem exteriorização e com calma. Tenho toda a

confiança na gestão do Dr. Ricciardi, aliás, ele tem demonstrado essa sua capacidade no Banco de Investimento, mas a *governance* não era decidida por nós, na família; temos os acionistas e eles é que têm de dar a sua decisão final.

Portanto, sempre foi dito por mim: «Vamos com calma! Isto de lutas nas famílias é muito mau, não interessa nada...». E a minha recomendação foi sempre nesse sentido e, penso, teve alguma audiência, porque chegou-se, no final, a um acordo e esse acordo era exatamente o de que numa tempestade não interessa estar a mudar o capitão do navio; vamos, sim, chegar a um bom porto e pôr o navio a navegar outra vez.

Esta era a minha intenção, sem dúvida nenhuma, e acho que isso poderia ter sido feito se não tivesse havido determinados acontecimentos e reações que eu, pelo menos na minha índole, teria evitado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas com quem é que Ricciardi estava a ter essas conversas, relativamente a uma substituição de Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Estava a ter conversas, como já é público, com todos os outros membros do conselho superior.

Aliás, devo dizer, já agora e se me permite venho esclarecer, que fui eu quem estive na base de alargar o conselho superior à segunda geração e fui eu quem, com alguma insistência, fez com que a segunda geração deste Grupo aparecesse no conselho superior. Daí o Dr. José Maria ter vindo secundar o seu pai; o Fernando Moniz Galvão Espírito Santo ter vindo trabalhar com o Manel, seu irmão; o meu sobrinho Ricardo ter vindo trabalhar comigo para o conselho superior e o Pedro Amaral ter ido

trabalhar com o seu pai que, infelizmente, faleceu em maio e, depois, veio o seu irmão, que também já pouco atuou.

Portanto, estes já eram processos de mudança da *governance* e que o Dr. Ricardo achava que sim senhor, estava a atingir os 70 anos, mas queria fazer isso dentro de um sistema mais íntimo e mais dentro da família.

Aliás, eu assisti a várias passagens da *governance* dentro do Grupo Espírito Santo. Eu era muito miúdo, tinha 10 anos, mas lembro-me de quando o meu tio Ricardo morreu e foi o meu pai quem lhe sucedeu; quando o meu pai morreu e foi o meu irmão Manuel Ricardo quem lhe sucedeu e passou-se tudo sem qualquer problema; quando o Manuel Ricardo morreu e veio o Dr. Ricardo... Tudo isso se passou dentro de uma ética e de um civismo que tem de ser assim.

Portanto, fiquei incomodado com este bruaá sobre a família e a sucessão, o que, acho, não foi nada benéfico, nem para o Grupo nem para o nome.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não tem conhecimento de conversas de Ricciardi fora da família relativamente à substituição de Salgado quando atingisse os 70 anos?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ajude-nos a esclarecer aqui uma questão: o negócio da Escom. A Escom foi, supostamente, vendida à Sonangol, segundo sabemos.

Há vários relatos, quer das atas escritas, quer de gravações do conselho superior, em que Ricardo Salgado fala dos avanços e recuos do negócio. Inclusive há até gravações em que Salgado fala do General Dino

— que é Leopoldino do Nascimento —, que teria de telefonar a Hélder Bataglia para lhe dizer que «vai ter de dar o consentimento da venda, porque ele está metido no contrato connosco». O General Dino diz que «vai resolver, mas aquilo é um problema para os angolanos...»

Bom, não estou a tentar tirar nenhum sentido desta gravação, apenas fico com a sensação que o negócio era complicado, que envolvia uma série de parceiros angolanos e que o conselho superior estava plenamente a par da situação, porque esta conversa era tida no conselho superior.

Sabe dizer-nos o que aconteceu à Escom? Por que é que não foi vendida? Quem era o comprador? Por que é que se retrocedeu no negócio, etc., etc., etc.?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, nunca fiz parte das negociações da Escom, nem nunca falei, em relação ao negócio da Escom, com as entidades que aí referiu, no entanto elas eram reportadas pelo Dr. Ricardo no conselho superior.

O que sabíamos era que, de uma vez, estava vendida e, depois, da outra vez, não estava. Era tudo uma grande confusão e uma grande desilusão. E a verdade é que não se vendeu a Escom.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas desilusão porquê? E confusão porquê?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Desilusão porque não se vendeu e era para ser um bom negócio; confusão porque recuava e avançava constantemente e a informação, a meu ver, não era a melhor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode explicar-me as referências ao General Dino e ao Hélder Bataglia, ao envolvimento destas duas personagens no negócio da Escom, e por que é que o negócio voltou para trás tantas vezes?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não tenho o prazer de conhecer o General Dino e não tenho o prazer de ter acompanhado as suas conversas.

Conheço o Hélder Bataglia, que é um colaborador da Escom e do Grupo, mas nunca tive conversas com ele sobre essas negociações com a Escom, pelo que não lhe posso avançar mais.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe-me dizer quem é que foram os compradores da Escom nas várias versões do negócio?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — O que eu ouvi foi que era a Sonangol.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a única em relação à qual teve conhecimento?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Que eu me lembre, sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem conhecimento de Ricardo Salgado ter recebido um adiantamento por esse negócio sem que o negócio alguma vez se tenha realizado?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não me parece que o Dr. Ricardo Salgado tenha recebido um adiantamento sobre qualquer negócio da Escom.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe-me dizer onde é que está a Escom hoje? Ou seja, se foi ou não vendida, se está na família GES, ou na Sonangol, ou em qualquer outra família?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sei onde é que está hoje em dia. Não sei!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para terminar, refiro-me a uma questão que já aqui abordámos relativamente à retribuição extraordinária por conta do negócio dos submarinos.

Através de uma gravação, Ricardo Salgado falou numa carta que todos teriam de assinar para dar uma ideia de coesão e para haver uma responsabilidade partilhada. São feitas algumas referências ao valor que estaria ou não correto relativamente ao negócio. Há quem diga que, apenas dos submarinos, foi 1 milhão, mas havia um extra. Por isso, pergunto: que extra era este e que dinheiro era este que não vinha só dos submarinos?

Ouvindo esta gravação, qualquer pessoa fica imediatamente com a ideia de que esta retribuição pode ser tudo menos legítima, porque senão não haveria a necessidade de a justificar numa carta de 2011 sobre a transferência feita em 2004.

Pergunto: para que servia esta carta? Para que é que era preciso uma partilha de responsabilidades entre os membros do conselho superior em relação a este recebimento? Pode facultar-nos uma cópia desta carta?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — A carta foi escrita pelos cinco membros do conselho superior para explicar aos membros vindouros o que é que foi aquela comissão recebida. Portanto, tínhamos de explicar por que é que tinha sido recebida.

Se todos os membros do conselho superior estiverem de acordo, facultarei a carta a esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos por 5 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, damos início à 2.^a ronda, em que cada grupo parlamentar terá 5 minutos para colocar questões corridas e o Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva responderá imediatamente a seguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Sr. Doutor as respostas que foi dando.

Permita-me que destaque o facto de, no seu depoimento, ter deixado a convicção ao Grupo Parlamentar do PSD de que, dentro do possível, tem tido uma postura bastante reta e clara nas suas respostas e aproveito isso para lhe colocar algumas questões muito concretas, pelo que gostaria que tomasse nota delas e lhes respondesse.

Por um lado, ouvimos o Sr. Doutor aqui dizer que o Dr. Ricciardi foi um grande gestor do BESI, mas também sabemos — o próprio Ricciardi já o disse aqui — que ele não acompanhava muito a gestão do BES; por outro lado, o Dr. Moraes Pires disse exatamente o contrário e referiu que ele tinha

a responsabilidade de avaliar o risco do BES como administrador responsável por isso. Gostaria, então, de saber a sua opinião sobre o papel do Dr. Ricciardi, isto é, se ele pecou por omissão ou se, de facto, acompanhava e acompanhava mal.

Já que teve várias reuniões com o Sr. Governador do Banco de Portugal e acompanhou o Dr. Ricardo Salgado em todas estas *démarches*, gostaria de colocar uma questão: apesar de todos os sinais que o Sr. Governador deu ao Dr. Ricardo Salgado — e este disse que, se tivesse um sinal, abandonava logo o banco — acha que isso teria acontecido? É que, pelos vistos, houve vários sinais e ele não o abandonou.

O Sr. Doutor era o responsável pela parte dos clientes, como aqui disse há pouco, por isso gostaria de lhe perguntar o seguinte: sente que o BES desrespeitou as ordens que o Banco de Portugal deu para reduzir a exposição do banco ao Grupo Espírito Santo?

Ouvimos aqui duas audições bastante importantes e acaloradas, a do Dr. Ricardo Salgado e a do Dr. Ricciardi, ambas com versões completamente diferentes: o Dr. Ricardo Salgado usou o argumento de que era a vítima disto tudo e responsabilizou a crise e o Banco de Portugal pela derrocada do BES; o Dr. Ricciardi, quando lhe pedi opinião sobre essa declaração, disse que isso era patético e era uma infâmia.

Ora, eu, pela credibilidade que aqui já nos demonstrou, gostaria que desse a sua opinião sobre estas duas posições.

Para além disso, também gostaria de saber se o Sr. Doutor tem informação de alguma ligação do Dr. Ricardo Salgado a Angola ou se ele é ou não sócio oculto de alguma empresa, podendo isso justificar os tais 14 milhões de euros que recebeu de um construtor civil.

Pergunto-lhe também se essa liberalidade pode ser considerada igual ou equivalente, do ponto de vista técnico, àquela que todos os membros do conselho superior receberam da Escom por causa dos submarinos.

Porque é que, apesar de toda a credibilidade do Dr. Ricardo Salgado na banca internacional, era o Dr. Morais Pires o interlocutor privilegiado no aumento de capital e era ele que ultimamente fazia os vários contactos com a reserva americana e com os vários parceiros internacionais? O Dr. Ricardo Salgado tinha a credibilidade reduzida na praça internacional? Sim ou não?

Peço-lhe que me dê uma resposta bastante sincera — como a todas as perguntas, obviamente — à questão que vou colocar de seguida. Sendo o seu pelouro o dos clientes de retalho e tendo em conta a postura que tem tido ao longo desta audição e a forma como nos tem respondido, sente, de alguma forma, que a crença e a confiança que colocou no Dr. Ricardo Salgado foi tal que o levou a colocar em perigo, face à grande exposição dos clientes, o melhor que o banco tinha, que eram os clientes do BES? Coloco-lhe outra pergunta porque me parece relevante. Ao longo destas audições ficámos com a sensação de que toda a família tinha pelouros no BES, mas raras são aquelas pessoas que aqui vêm e assumem, como o Sr. Doutor assumiu, uma responsabilidade solidária, apesar de não ser o seu pelouro em concreto de responsabilidade.

Ficámos com a sensação de que todos sabiam dos seus pelouros, mas o único que tinha a visão global da família e do Grupo era o Dr. Ricardo Salgado.

Então, pergunto, sinceramente: pensa que os restantes membros da família poderão ter pecado por omissão no exercício do seu controlo solidário, que advém da responsabilidade, enquanto membros dos vários conselhos de administração onde são, ou não, executivos?

O Dr. Ricardo Salgado e o Dr. Amílcar Morais Pires tiveram a oportunidade, cada um à sua maneira, de fazer RERT (Regime Excecional de Regularização Tributária) para poder voltar a trazer dinheiro para Portugal, e isto, para mim, parece-me bastante importante para a idoneidade das pessoas e para um banqueiro.

Gostava de perguntar ao Sr. Doutor se, no seu caso, também teve de recorrer a esta forma de trazer dinheiro para Portugal, pagando uma taxa mais baixa e aproveitando uma facilidade que foi dada para garantir que havia retorno.

Sr. Doutor, deixo-lhe este conjunto de questões, porque me parecem relevantes.

Agradeço-lhe a sua atenção e a frontalidade com que respondeu às questões que lhe fomos colocando. Peço, agora, toda a sua atenção e cuidado para responder às questões que coloquei. Sei que foram muitas, por isso agradeço-lhe a sua resposta antecipadamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, agradeço as suas perguntas e a maneira como disse que me tenho estado a portar nesta Comissão de Inquérito.

O Dr. Ricciardi acompanhava a gestão do BES dentro das suas funções, mas, como ele disse aqui, há cerca de dois anos e devido à evolução do negócio do BESI, que ele desenvolveu muito a nível internacional, teve de se ausentar mais do dia-a-dia do BES, não ia lá todos os dias, estava noutra edifício, todavia ia às comissões executivas e aos conselhos de administração — aliás, ele continuou a ir aos conselhos de

administração, mas às comissões executivas ia menos, porque tinha outras incumbências.

Perguntou-me o Sr. Deputado se eu senti que o BES desrespeitou as normas do Banco de Portugal. A meu ver, e até ao dia 13 de julho, não entendi isso.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Não respeitou ou respeitou?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Respeitou.

Também perguntou se o Dr. Ricardo deixaria o banco se tivesse um sinal claro da parte do Sr. Governador e eu não tenho a menor dúvida de que deixaria.

Quanto às versões diferentes de Ricardo e Ricciardi e sobre quem é que tem ou não razão, quero dizer que são duas pessoas que eu respeito, admiro, cada um com o seu estilo. Não vou fazer de árbitro, respeito os dois, portanto, peço-lhe que deixe para esta Comissão...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Mas, na sua opinião, qual é a versão verdadeira?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe que o Sr. Doutor acabe de responder. Está a responder a uma questão pessoal, pelo que não deve ser interrompido.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Quanto a quem tem razão e a quem não tem razão, não quero ser o árbitro. Desculpe!

Sobre a verdade e a não verdade, como eu já afirmei aqui, cabe à Comissão Parlamentar de Inquérito e a outras autoridades ver isso. Sempre acreditei nos dois e espero não ter razão para desilusões nesse campo. Isso, para mim, seria muito mau.

Perguntou também se tenho informações de Ricardo Salgado e se ele tem alguma sociedade ou se é sócio oculto de alguma sociedade. Acho que não, aliás, a preocupação do Dr. Ricardo era sempre dizer que era uma pessoa que se dedicava 100% ao banco. Alguns de nós tínhamos outras sociedades por herança, mas ninguém fez sociedades novas quando estava no banco. Ele tinha essa preocupação, portanto eu acho que não.

Sobre a Escom e os submarinos, não lhe sei dizer mais do que o que já disse. Foi, de facto, uma comissão que recebemos, paga pela Escom e devido a termos recebido uma remuneração extra.

Sobre o Banco Espírito Santo, o Morais Pires e a sua atuação neste aumento de capital, gostaria de dizer que nesta fase final dos problemas do Grupo e também do banco, o Dr. Ricardo delegou totalmente o aumento de capital para os *roadshow* no estrangeiro ao Dr. Morais Pires e ao Dr. Joaquim Goes, que, aliás, o fizeram, com as equipas que levaram, de uma maneira relevante e que se vê os resultados.

Eu não tinha o pelouro dos clientes de retalho; eu tinha os pelouros da banca privada, que não é bem o retalho. O retalho são as 750 agências, das quais eu tinha 23, onde tinha um departamento de *private banking*, mas acompanhava, digamos, a evolução nas comissões executivas.

Sobre a sensação de que em toda família todos sabiam quais eram os seus pelouros, devo dizer que o Dr. Ricardo era um líder, era um estratega, era o responsável pela estratégia do banco e, em relação à família, talvez devido à minha educação — e por ser dos mais novos de 11 irmãos e portanto eu tinha de deixar os outros todos passar à frente das portas — eu

dizia sempre: «Atenção, porque, enquanto há um líder, o nosso dever é apoiar o líder e ajudá-lo. Quando ele deixar de ser líder, então vamos escolher um...!».

Sobre se houve omissões, tenho a impressão de que as houve e eu próprio reconheço que tive algumas omissões quando, agora, revejo a situação.

Quanto à pergunta sobre o RERT, eu usei esse regime e, já agora, deixe-me dizer, Sr. Deputado, que considero que o RERT foi uma boa medida para Portugal, porque entrou muito dinheiro em Portugal que noutras condições não teria entrado — aliás, eu fui testemunha disso, porque dentro do banco acompanhei essa situação e, de facto, entrou muito dinheiro e essa é uma informação que podem tirar.

Foram três RERT: um a 2%, outro a 5% e outro a 7,5% e estou convencido de que se fizerem outro vai haver novamente muito dinheiro a entrar em Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que tinha saído antes!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Claro que tinha saído, mas é melhor que volte do que não volte, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Tenho um conjunto de questões, passo a colocar a primeira. No mesmo dia 13 de julho, que foi o último dia de gestão do Dr. Ricardo e da entrada do novo conselho de administração, depois de o Dr. Alberto Alves Oliveira Pinto ter saudado os cessantes

Ricardo Espírito Santo Salgado, José Manuel Espírito Santo Silva e José Maria Ricciardi, o Dr. Ricardo Salgado usou da palavra e proferiu uma consideração sibilina ou transparente para elogiar o facto de, ao longo do tempo, não haver memória da necessidade de, em reuniões da comissão executiva, se proceder a uma votação formal sobre quaisquer deliberações, tendo sido sempre possível estabelecer os necessários consensos entre todos os seus membros. Pergunto: esta frase é verdadeira ou falsa?

Segunda questão, o Sr. Doutor foi elogiado pelo Deputado que me antecedeu quanto à veracidade das suas declarações e à sua vontade em colaborar e eu preveleço-me dessa consideração para saber se a hei de subscrever ou não, porque vou perguntar-lhe sobre as declarações do Dr. Ricardo Salgado, na reunião de 9 de dezembro de 2013, na qual tendo sido questionado, respondeu o seguinte: «Sei que o Cadosch presta um serviço ao Grupo dando parte de alguns ativos e, ainda por cima, tem lá 5% das ações da Financial, que não podemos mostrar. O Sr. Cadosch tem feito um jeitão em várias áreas...». O Sr. Doutor era vice-presidente da Espírito Santo Financial Group, é evidente que sabe a que 5% de ações da Espírito Santo Financial é que se referia o Dr. Salgado e, por isso, pergunto-lhe por que razão essas ações não podiam ser mostradas.

Relativamente à comissão dos submarinos — e esta é a terceira pergunta —, se é certo, como já o referiu, que embolsou 1 milhão de euros em 2004, pergunto-lhe, muito claramente, por que razão é que foi institucionalizada ou formalizada essa receção nove anos depois.

É evidente que antecipo, desde já, que a resposta que adiantou há pouco não procede, ou seja, quando referiu que assinou esse documento porque estavam de saída e era preciso dar informação aos vindouros, está a reportar-se a uma reunião de 7 de novembro de 2013, e há pouco, quando o questionei, disse que só soube que iria sair em fevereiro de 2014.

Então, em novembro de 2013 não pairava sobre a cabeça de ninguém a necessidade de sair e, portanto, a pergunta muito clara é: por que é que a 7 de novembro de 2013 foi necessário formalizar esta receção de 1 milhão de euros por cada ramo, sendo certo que a informação que temos, também decorrente das gravações das atas, é que terá sido alvitado pelo Dr. Ricardo Salgado que estaria na iminência de ser arquivado o processo-crime que estaria pendente sobre essa matéria. Portanto, esta é a pergunta que lhe dirijo.

Também há pouco o Sr. Doutor precisou que soube, em novembro de 2013, que a ESI tinha um passivo muito relevante, na altura até disse que seria a questão da desconformidade das contas, mas depois corrigiu e disse que, de facto, soube, em novembro de 2013, que havia um grande desequilíbrio nas contas, desequilíbrio esse que se traduziu em 3400 milhões em dezembro de 2012, em 3900 milhões em junho de 2013, ou seja, um aumento de 0,5 milhão em seis meses, para 5600 milhões em setembro de 2013, isto é, 1700 milhões em três meses, significando mais do triplo da variação do semestre anterior.

Pergunto: que explicação lhe deram para este desequilíbrio muito relevante das contas?

Ultima pergunta: o Banco de Portugal refere, no ponto 36 da Nota Técnica que fez distribuir a esta Comissão, que, posteriormente a setembro de 2013, verificou-se a prática de atos de gestão gravemente prejudiciais aos interesses do BES que conduziram a prejuízos de elevada magnitude.

O Sr. Doutor já referiu que não os conhece, portanto, não é autor dessas malfeitorias, mas pergunto-lhe: muito concretamente, sendo certo que elas não podem ter sido praticadas pelo motorista nem pelo telefonista, quem poderia ter praticado estes atos altamente danosos? Ou, formulando a pergunta de outra maneira, era possível esses atos serem praticados sem o

conhecimento ou a intervenção de Ricardo Salgado, Morais Pires ou Isabel Almeida?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, só vou pedir 1 minuto para ver elementos para as respostas.

Pausa.

Peço desculpa pelo tempo que levei.

O Sr. **Presidente**: — Pode levar todo o que for preciso! Nós queremos é respostas.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, Sr. Presidente.

Em relação às declarações feitas pelo Dr. Alberto Oliveira Pinto e pelo Dr. Ricardo de que, durante a sua vigência, nunca tivemos de votar num conselho de administração ou numa comissão executiva, posso dizer-lhe que é verdade. Apesar de haver discordâncias e discussões, chegávamos sempre a um ponto de acordo, e, muito especialmente nas comissões executivas, onde as discussões podiam ser mais acesas, concordava-se sempre com uma solução final, adaptando-se uns aos outros e, portanto, as decisões eram aprovadas.

Sobre a veracidade das declarações proferidas em dezembro de que eu não conhecia a participação de 5% da Eurofin na Espírito Santo Financial Group, Sr. Deputado, eu repito: não conhecia! Deve ter sido um *portage* feito e discutido numa altura em que eu não estava — aliás, eu

também viajava bastante. Portanto, eu não conhecia só tive conhecimento na altura que disse.

Sobre a formalização da receção da chamada comissão dos submarinos, ela foi feita mais tarde, como lhe disse, não porque nós fossemos sair mas, sim, porque entrava a nova geração e queríamos mostrar à nova geração que tínhamos recebido esse pagamento extra.

Sobre a ESI e o passivo muito relevante, o aumento de 1700 milhões, foi porque, de facto, teve o aumento do passivo e, além disso, teve também o aparecimento de 1,3 biliões que surgiram no fim do ano de 2013.

Sobre as práticas de atos de má gestão do BES foi uma situação que apareceu depois de nós termos saído e eu penso que se relaciona com a Eurofin. Foi naquele período entre a minha saída em 13 de julho até 30 de julho e eu não tinha conhecimento desse assunto, como já disse.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente, também tentarei ser breve, colocando questões que considero que, talvez, possam ser melhor respondidas.

No que diz respeito à questão do protocolo e daquela reunião do dia 3 de novembro, o Sr. Doutor não foi convocado? Tendo em conta o que já aqui nos disse do seu respeito institucional e do valor da confiança, Sr. Doutor, por que razão é que não foi convocado e como é que ficou o valor da confiança depois desta reunião de 3 de novembro de 2013?

Quando é que conheceu o protocolo? Quem é que o avisou desta reunião de 3 de novembro? Por que é que foi convocada a reunião exatamente para o dia 7 de novembro? Por que razão é que se pediu, no quadro desta mesma reunião, um voto de confiança? Nessa reunião do

conselho superior, do dia 7 de novembro, foi discutida a reunião do dia 3 e seu conteúdo, nomeadamente a questão das derrapagens e da necessidade de haver uma espécie de pré-censura à liderança do Grupo? Foram ou não pedidas explicações a Ricardo Salgado? Isto porque, de facto, o magistério de influência de Ricardo Salgado está aqui bastante bem provado, não só pela sua audição, mas por outras que já ocorreram.

Por isso, vou fazer-lhe uma pergunta que já fiz hoje de manhã — perdoe-me, mas serei direta: tendo em conta aquilo que, efetivamente, nos disse em matéria de confiança, houve documentos que «assinou de cruz» ao longo da sua atuação?

Disse-nos, ainda hoje, que concordava que teriam de avançar num processo de sucessão, mas dentro de casa e sem alaridos. Mais: disse-nos que tinham de se ouvir os acionistas e que seria aos acionistas a quem pertenceria a última palavra.

Portanto, em relação a isto, pergunto como é que acompanhou e como é que avalia o processo de sucessão. Quando é que foi discutido o nome de Amílcar Morais Pires e qual é que era a expectativa da sua nomeação? Já agora, também, quando é que surgiu o nome de Vítor Bento? Por que razão é que Ricardo Salgado anuncia exatamente no dia 20 de junho de 2014 a sua resignação, poucos dias depois dos resultados do aumento de capital? O que é que aconteceu a seguir? E por que é que tardou a nomeação da nova administração?

Muito em concreto, gostaria de lhe perguntar que consequências é que teve este processo e como é que o rotula, isto é se foi um processo normal, se não foi normal, isto porque também já ouvimos dizer que este processo permitiu e contribuiu para a chamada «tempestade perfeita». Já aqui falou do mar e, portanto, acho que esta questão também se impõe. Aliás, foi Amílcar Morais Pires que o referiu e que, inclusivamente, o

alertou para os riscos subjacentes. Tem conhecimento destes alertas do dia 11 de julho, uma vez que Amílcar Morais Pires fez, aliás, vários apelos que, segundo nos disse, foram sendo sucessivamente ignorados?

Indo à questão das recomendações e de se entende que se cumpriram, ou não, as recomendações do Banco de Portugal, Sr. Doutor, tenho de lhe fazer estas perguntas: teve conhecimento, obviamente, da colocação de dívida direta do GES junto dos investidores institucionais e de retalho, o que, de alguma forma, foi um efeito perverso do cumprimento formal da ordem do supervisor, do chamado *ring-fencing*?

Teve ou não teve conhecimento da comercialização de instrumentos do GES junto de clientes BES, por parte de gestores de conta, contrariando os objetivos de investimento dos clientes, os mandatos de gestão, a natureza dos clientes ou o dever de informação?

Teve, ou não, conhecimento da participação direta de membros de órgãos da administração junto de alguns investidores na colocação de dívida direta do GES?

A propósito, aliás — e isto porque está em causa a questão das recomendações e do cumprimento ou não das recomendações do Banco de Portugal —, dos factos supervenientes da segunda quinzena de julho de 2014, que alteraram substancialmente o valor das perdas, pondo em causa os rácios de solvabilidade vigentes, nomeadamente a questão das duas cartas-conforto e das operações de colocação de títulos, que o Sr. Doutor assinou, independentemente do grau de conhecimento e de confiança que estava apostado, considera ou não que estes atos foram prejudiciais para os interesses do BES e um claro incumprimento daquilo que tinha sido determinado pelo Banco de Portugal, que proibia o aumento de exposição ao ramo não financeiro do GES?

Não entende que, de facto, independentemente da solidariedade e do valor da confiança que aqui afirmou, houve, claramente, um abuso de confiança?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Vou primeiro trocar aqui umas impressões com o Dr. Rui Patrício.

Pausa.

Sr.^a Deputada, vou tentar responder o melhor possível.

Sobre o protocolo de 3 de novembro e por que é que não fui convocado, respondo-lhe: porque não fui! Ninguém me disse!

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Não perguntou?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não perguntei, mas pensei: «Sou muito próximo do Dr. Ricardo e as pessoas, se calhar, disseram que era melhor eu não estar».

Como é que eu soube? Foi o Dr. Ricardo que me disse, porque ele soube — ele estava sempre bem informado — que tinha havido essa reunião e convocou logo uma reunião para o dia 7 de novembro para que as coisas ficassem clarificadas. Assim foi e discutiram-se de uma maneira empolgante vários assuntos. A verdade é que se fez um acordo, depois, o que a mim me satisfaz bastante, porque gosto que os acordos cheguem. Acho que isso é importante.

Nunca houve na minha atuação documentos assinados de cruz, mas assinei bastantes documentos em base de confiança. Portanto, eu podia assinar documentos administrativos, com certeza; quanto a documentos que era importante eu assinar, eu perguntava sempre, quando mos davam, se os documentos estavam conforme, porque havia alguns documentos muito extensos e muito complicados que tínhamos de ver, mas que tínhamos de fazer confiança. Por exemplo, os relatórios do banco e as atas eram lidas e revistas, todas elas, com muita atenção.

Sobre o Dr. Amílcar Morais Pires, todos nós tínhamos confiança no Dr. Amílcar Morais Pires. Eu, além de confiança, tinha admiração por ele e ele, de facto, numa reunião do conselho de administração, de 11 de julho, alertou para vários problemas e para vários riscos que poderiam acontecer, mas no dia 13, dois dias depois, saímos. Foram estes os alertas do Dr. Morais Pires de que fala.

O processo de sucessão, através do Dr. Morais Pires, foi também um processo de sucessão discutido em hasta pública, com o que não concordo. Acho que são coisas de muita importância.

Em relação a ouvir os acionistas, não é de ouvir os acionistas que se trata; os acionistas têm de ser informados, têm de ter os currículos e, depois, votam na pessoa que entendem que devem votar.

Sobre a recomendação da dívida do GES para colocar no retalho, devo dizer que nunca dei recomendação aos gestores para que vendessem dívida do GES. Nunca! Poderia ter falado com eles sobre o GES, sobre as empresas, mas nunca fiz uma...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Orientação?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Orientação, sim; seriam eles que decidiam e os clientes que decidiam comprar ou não.

No que diz respeito à Eurofin e se considero que houve um abuso de confiança nas operações da Eurofin, na medida em que não estava a par dessas operações — de que vou saber agora através deste inquérito —, devo dizer que tenho a certeza de que vamos ter uma conclusão sobre isso.

Em relação às cartas da Venezuela, assinei-as como sendo cartas-conforto.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Queria colocar ainda algumas questões.

Em primeiro lugar, e tendo em conta as suas tarefas no banco, o seu historial, o acompanhamento que faz e a forma como se vê que preza a história do banco, como é que explica a construção do império, ou melhor, a insuflação deste império e o seu colapso em tão pouco tempo?

Já percebemos que desde, talvez, até muito antes de 2000, o Grupo alimentava empresas com os depósitos dos clientes no banco. Mas o que é que falhou aqui para que o colapso se verificasse como se veio a verificar?

Sobre algumas questões relacionadas ainda com a ESI, não lhe parece estranho que a ESI, se soube, de facto, do inusitado passivo entre 2009 e 2010, tivesse o *rating* BB atribuído pelo departamento de avaliação de crédito no banco em que desempenhava funções de administrador? Isso não levantou sequer a mínima dúvida? Numa empresa que tinha o passivo que veio a conhecer, independentemente de aqui ter havido ou não ocultação — vamos ignorar o facto de ter havido ocultação e vamos ignorar

se o Sr. Doutor conhecia, ou não, esse facto —, se se sabia que havia um passivo muito significativo, de 1,3 biliões, que, segundo percebemos, foi o que lhe foi dito nessa altura, não estranha o facto de o departamento de avaliação de risco do banco continuar a cotar aquela empresa no seu *rating* interno como BB e de lhe atribuir imparidades estimadas de 1,1,%? Nunca achou isso estranho? Se achou estranho, com quem contactou, nomeadamente dentro e fora do banco para alertar para o facto de isso estar possivelmente a fazer com que a exposição se viesse a materializar?

A exposição já era grave desde há muito, já percebemos todos que o banco estava praticamente atolado nos resultados do ramo não financeiro. Se fossem bons, a coisa podia ir escapando e ninguém dava por nada, se fossem maus, o banco afundava. E foram maus!

Portanto, aproveito para lhe perguntar se o departamento, que dirigia, de avaliação de ativos e passivos não tinha nenhum papel fora da área financeira, se era estritamente bancário e se se relacionava ou não, e como, com o departamento de avaliação de risco, no caso de também fazer avaliação de ativos e passivos fora da esfera financeira.

Sobre os produtos vendidos no âmbito do *private banking*, internacional e não internacional, tem noção de que estes produtos eram vendidos aos clientes como se de depósitos a prazo se tratasse?

E, já agora, há pouco disse-nos que era um departamento de engenharia — enfim, não foi este o termo que usou —, o departamento de gestão de poupança, que concebia os produtos. Se não estou em erro, disse-nos que teria sido o DGP, mas presumimos que o DGP não ligasse para o responsável do *private banking* e dissesse: «Agora vai colocar estes produtos nos seus balcões...»? Tem de haver aqui uma outra forma de articulação. Como é que eram solicitados esses produtos? Como é que eram desenhados? Tinha de haver um conhecimento muito grande da sua carteira

de clientes para que o DGP pudesse conceber os produtos e saber o que lá colocaria.

Pergunto se tem noção do porquê de ter sido o banco obrigado a provisionar 100% das obrigações, algumas delas contidas nesses mesmos produtos. A área da sua tutela dentro do banco vendia produtos aos clientes que continham ações e obrigações. Uma dessas componentes foi completamente integrada e obrigada a ser provisionada a 100%, pergunto-lhe se tem noção de por que é que, de um momento para o outro, o banco, nomeadamente, ao que parece, por pressão da KPMG, é obrigado a provisionar a 100% obrigações que andavam a vender nos seus balcões.

Pergunto-lhe qual era atividade comercial da Sucursal Financeira do Exterior. Como é que a acompanhava, tendo em conta que era o responsável por ela, e o que fazia exatamente.

Termino, perguntando apenas em que categoria inseriu o valor de 1 milhão de euros que recebeu por via daquilo — ao que parece, uma comissão, um vencimento extraordinário... aquilo já teve vários nomes —, proveniente não se sabe de onde mas relativo ao negócio dos submarinos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Deputado, como explicar o colapso do império, é uma pergunta muito difícil.

Ainda estou para compreender o que se passou e cada dia que passa tento aperceber-me, mas ainda não tenho uma explicação plausível para este colapso absolutamente incrível.

O *rating* BB da ESI era avaliado pelo departamento de risco — eu não fazia parte desse departamento, que era um departamento com vários técnicos e era avaliado também pelos auditores e, nesse aspeto, eu tinha de

ter confiança em toda a documentação e em todas as informações que vinham, e era o que eu fazia, eu tinha confiança!

Sobre os produtos vendidos como depósitos a prazo, devo dizer que não conheço. No BES, os depósitos a prazo eram contas absolutamente normais e, portanto, não acredito que se tivessem vendido produtos do BES como sendo depósitos a prazo. Aliás, os produtos tinham todos eles uma ficha técnica, portanto o gestor lia a ficha técnica ao cliente e o cliente concordava ou não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso é o que era suposto, não é?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — É, sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas não tem provas materiais de que fosse sempre assim...

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Bem, com tantos gestores... A gente, pelo menos, esforçava-se para que tudo corresse segundo as indicações que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas os gestores também ganhavam prémios por quantos mais produtos desses pudessem colocar, não é?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não, Sr. Deputado. Havia o SOI, sistema de objetivos e incentivos, que era um sistema baseado numa ponderação muito bem-feita e que fazia com que os gestores, de facto, pudessem ter um incentivo para a colocação de qualquer produto. O

SOI não era só para os produtos, também se aplicava na parte administrativa — aliás, em vários departamentos do banco existia o SOI.

Em relação ao porquê de o banco ter feito a provisão dos 100%, não sei, já não estava no banco quando essa provisão foi feita. Como disse, saí a 13 de julho e não tenho informação sobre isso.

O que era a SFE? A SFE era a Sucursal Financeira do Exterior, quando existia um regime fiscal especial na Madeira que nós utilizávamos — aliás, era utilizado para não residentes em Portugal, no continente, ou seja era muito utilizado pela comunidade portuguesa residente no exterior.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas qual era, especificamente, a atividade comercial?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Os clientes sabiam que o banco tinha produtos para vender, era-lhes oferecida a lista dos produtos e os clientes falavam com os seus gestores dizendo: «Eu quero comprar isto, quero comprar aquilo...». Era muito dependente também da rentabilidade que os produtos tinham. Tínhamos o fator rentabilidade e o fator tempo, porque havia produtos com uma rentabilidade maior, mas mais longa e aos clientes não interessava, e tínhamos produtos com uma rentabilidade menor e com um tempo mais curto.

A categoria em que recebi o pagamento dos submarinos, de 1 milhão de euros, foi a de um pagamento de categoria fiscal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Como é que o declarou?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, sim. Declarei no RERT. Eu era residente no exterior — fui-o durante 19 anos — e

durante esse tempo acumulei uma parte dos meus ativos e quando vim para Portugal decidi, com o RERT, aproveitar para fazer a declaração desses bens que tinha lá fora.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, nessa declaração teve de explicar a natureza dessa quantia?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É isso mesmo que queríamos saber!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Penso que não. Eu fiz o RERT com esse rendimento, com outros rendimentos e era o global...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Em que ano?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Em que ano não lhe sei dizer, mas posso informá-lo depois.

O Sr. **Presidente**: — E não era necessário explicar?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não. Eu tinha de provar que tinha aquele dinheiro, tinha de dar os extratos das contas onde tinha o dinheiro — e o dinheiro era proveniente de rendimentos de trabalho e de outros — para provar que aquele montante estava numa conta do banco *x* e mandar esse dinheiro... Mas foram os Srs. Deputados quem votou o RERT e devem saber mais alguns detalhes!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra para uma clarificação rápida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tanto quanto julgo saber, isso terá sido ao abrigo do RERT I e no RERT I e no RERT II era necessário desagregar e explicar a categoria de cada um dos rendimentos. Aliás, essa era uma cláusula precisamente para, de certa forma, blindar a entrada de capitais resultantes de branqueamento de capitais, mas que, por acaso, depois, desapareceu no RERT III, e o PCP até está à vontade para falar nisto, porque sempre denunciou estes alçapões.

De qualquer das formas, queria apenas clarificar que era necessário fazer a descrição específica do que correspondia a cada rendimento, até porque pagavam taxas diferentes.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Não sou capaz de lhe especificar, mas, de qualquer maneira, está depositado no Banco de Portugal o meu RERT.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Autoriza-nos a ter acesso a ele?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Autorizo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem. Já fizemos esse requerimento e, portanto, no seu caso, o Banco de Portugal já não pode invocar o sigilo. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Mas o Banco de Portugal formalizará a questão. Isto não é suficiente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A questão é que está autorizado!

O Sr. **Presidente**: — Sim, claro.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Autorizo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Fica nos registos que está autorizado, para este caso específico.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Dentro do sigilo desta...

O Sr. **Presidente**: — O Banco de Portugal tratará disso. O requerimento seguirá e, apaziguada que está esta parte, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, aproveito para informar que já tínhamos requerido há várias semanas, se não há um mês, todos esses dados ao Banco de Portugal e, uma vez que o sigilo já foi levantado, penso que nem sequer é preciso estar a esperar muito e que o Banco de Portugal poderá enviar essa documentação o mais rapidamente possível.

Tenho cinco pontos breves para abordar, sendo que o primeiro respeita a estas transferências de capital e à carta que diz que assinou com os outros membros da família.

Como deve compreender, o argumento de «envio à Comissão se os restantes membros do conselho superior concordarem» é um argumento que até pode fazer sentido do ponto de vista de quem o profere, mas, para nós, não tem qualquer validade jurídica ou legal, por isso pedia-lhe que nos

fizesse chegar essa carta. Infelizmente, a consideração ou o acordo dos outros membros para nós não tem mesmo validade, independentemente do acordo ou não acordo dos restantes membros do conselho superior.

O segundo ponto tem a ver com o Banco de Portugal. Houve uma frase que disse aqui, há pouco, e que, acho, vai um bocadinho no sentido de uma discussão que temos tido.

Ficou combinado que a família sairia depois do aumento de capital e é este «ficou combinado» que me parece que faz alguma diferença quando discutimos a retirada ou não da idoneidade da família, ou a ameaça da retirada da idoneidade.

Ora, gostaria que me confirmasse se a minha interpretação faz ou não sentido, sendo que a minha interpretação é que o Banco de Portugal pressionou, disse e ameaçou que retiraria a idoneidade de Ricardo Salgado e, eventualmente, de outros membros da família, os membros do conselho superior e Ricardo Salgado terão resistido a essa ideia, alegando a estabilidade do sistema e o sucesso do aumento de capital e o Banco de Portugal cedeu e acordou que não substituiria o conselho superior até que o aumento de capital estivesse realizado.

Gostaria de saber se é isto que quer dizer «ficou combinado com o Banco de Portugal trocar os membros da família do conselho superior a seguir ao aumento de capital» e se não é isto, então, o que é que quer dizer com a expressão «ficou combinado».

A segunda questão que tem a ver com o Banco de Portugal é uma curiosidade. Há uma gravação em que Ricardo Salgado terá dito, e cito: «Por aquilo que sei, o Governador já há meses disse que gostaria de ver mais bancos estrangeiros em Portugal». E acrescenta: «Isto, por amor de Deus, não pode sair daqui!...».

A minha pergunta é se esta conversa teve lugar, se o Banco de Portugal queria ver mais bancos estrangeiros em Portugal ou não, se o Banco de Portugal tinha um futuro para o BES que preferia, relativamente a outros, se tentou impor uma solução, vender uma solução, ou se, pelo contrário, queria outra solução, como a resolução e intervenção e com que objetivo. Não sei se isso foi conversado ou não e, portanto, gostaria de perceber um pouco qual era a estratégia do Banco de Portugal e de onde é que vem esta afirmação de ter mais bancos estrangeiros em Portugal.

A minha terceira pergunta diz respeito ao que está num ata da comissão executiva do BES, onde se pode ler: «O Dr. Amílcar Morais Pires tomou a palavra para insistir na situação de *stress* do BES, referindo que apesar de compreender o tom de tranquilidade empregue pelas autoridades...» — e «autoridades» parece-me aqui que são o Banco de Portugal, Governo, Presidente da República e as autoridades que vieram prestar declarações públicas — «... tem uma interpretação muito mais grave relativamente à situação do BES.»

Esta opinião é corroborada pelo Dr. Xavier Musca, que declarou que «não minimiza o risco da situação atual do BES, também não aceitando, sem mais, o tom tranquilizador das autoridades». E é este «também não aceitando, sem mais, o tom tranquilizador das autoridades» que me causa alguma curiosidade, porque isto dá a entender que o «tom tranquilizador das autoridades» era até demasiado tranquilizador para a comissão executiva do BES. E isto está escrito numa ata, em que a comissão executiva do BES entende que não há uma correspondência entre as declarações que são feitas pelas autoridades, em tom tranquilizador, e a realidade do banco, relativamente à sua situação de liquidez e aos perigos de uma potencial resolução.

Portanto, a minha pergunta é se tem memória desta conversa, se era este o entendimento, ou seja, que o banco poderia estar em muito pior situação do que aquela que as autoridades vieram dizer em público, tranquilizando os investidores relativamente à situação do banco.

Esta ata é do dia 11 de julho de 2014.

A minha outra pergunta...

O Sr. **Presidente**: — É para terminar, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... — e termino — é uma pergunta que já tinha feito antes a outros membros do conselho superior e que é perguntar-lhe o nome da *holding* familiar que detinha as ações da Espírito Santo Control, ou seja, que *holding* familiar representa na Espírito Santo Control.

E a última pergunta também tem a ver com uma afirmação que aqui fez, quando disse que o BESI avaliava as obrigações que eram emitidas pelo BES. Nós, entretanto, recebemos uma carta do BESI, em que afirma que «nunca realizou nenhuma emissão de obrigações da Espírito Santo International ou da Rioforte» e que, relativamente ao papel comercial, também «nunca intermediou, colocou ou prestou qualquer garantia sobre esse papel comercial».

Gostaria de saber se confirma esta informação do não envolvimento do BESI na emissão de obrigações ou de papel comercial.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr.^a Deputada, a carta não é assinada só por mim; é assinada por mim e mais quatro

membros do conselho superior, portanto, acho que o mínimo é ter o acordo deles e estou convencido que, neste momento, irão dar-me o acordo.

Com o Banco de Portugal não ficou nunca combinado, até porque com o Banco de Portugal não se combina; recebem-se ordens e instruções. O que estava implícito, sempre, era que o Sr. Governador estava de acordo que a mudança da *governance* seria feita após o aumento de capital. Dizia o Banco de Portugal que: logo que o aumento de capital esteja feito, então, daremos e iremos trabalhar na *governance*, na futura *governance*.

Sobre Portugal ter mais bancos estrangeiros, eu não me lembro em detalhe dessa conversa, mas nós estávamos sempre atentos à vinda de bancos estrangeiros, que vinham, com certeza, ocupar o terreno e com outras forças. Não quer dizer que eu não goste muitos dos bancos estrangeiros, tenho todo o respeito pelos bancos estrangeiros que cá estão mas, enfim, achámos que já havia uma percentagem de ocupação de bancos, a «bancarização» já era mais do que suficiente e era nesse sentido...

A minha família está representada por uma sociedade chamada Raimul.

O BESI tinha uma parte administrativa e de fichas técnicas, não de todos os produtos, mas de alguns dos produtos, que eu não lhe sei dizer agora quais eram.

Quanto ao Amílcar Moraes Pires e às suas declarações sobre o *stress* do BES, isso foi nessa reunião do dia 11 em que o Dr. Amílcar Moraes Pires, como ele, aliás, declarou aqui, estava bastante preocupado. Lembrome dessa conversa e do Dr. Xavier Musca ter dito que contava com a compreensão do Banco de Portugal para que as coisas se pudessem resolver no bom sentido.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à 3.^a ronda de perguntas.

Sr. Deputado Pedro Saraiva, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Começando por reconhecer o esforço que tem feito para responder, Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, vou ser muito sintético e apelo à sua memória.

Primeira questão: esteve presente numa assembleia geral da Espírito Santo Control, a 24 de junho, na qual o Dr. Júlio Castro Caldas, em representação da Cimigest, fez uma série de perguntas relacionadas com a ESI.

Como nunca percebemos bem que perguntas foram estas e que respostas foram dadas, gostaria que, estando o senhor presente na sala, nos pudesse esclarecer sobre esta mesma matéria.

Segunda questão: percebe-se o seu desagrado em relação a visões diferentes, entre o depoimento de Francisco Machado da Cruz e a sua visão do que aconteceu.

Como tem conhecimento dessa contraditória versão dos factos desde 28 de maio, o que lhe pergunto é se desde essa data não se cruzou com Francisco Machado da Cruz, se não conversaram sobre o tema e se não houve nenhum contacto, até porque ele virá aqui também e, para nós, é importante que isso fique esclarecido.

Terceira questão: a propósito do conteúdo do protocolo que foi liderado por José Maria Ricciardi, ele, no depoimento que aqui prestou, veio dizer-nos que havia dentro do BES colaboradores que, essencialmente, se dedicavam à intermediação de negócios e que beneficiavam de comissões, que não eram totalmente transparentes, por via dessa mesma intermediação. Confirma, até pela larga experiência que tem dentro do

BES, que assim é ou tem uma visão totalmente distinta sobre esta mesma matéria?

A quarta e última questão prende-se com as cartas-conforto que lhe criaram bastante desconforto, sendo que há documentos no espólio desta Comissão que referem que estas cartas foram assinadas sem que com isso tenham sido cumpridos os procedimentos internos instituídos no banco e que até geram, enfim, alguma dúvida interpretativa sobre o valor jurídico que têm ou não.

Pergunto: quais seriam, em circunstâncias normais, os procedimentos internos instituídos no Banco para a assinatura de cartas com esta mesma natureza?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, seria estranho que esta audição acabasse sem falarmos do caso de Espanha, uma vez que isso pode ter consequências: em primeiro lugar, o Supremo condena BES a devolver 2 milhões, em relação ao caso dos 30 clientes a quem tinha sido vendido papel comercial da Lehman Brothers sem lhes dizerem que era isso; em segundo lugar, os 75 000 clientes espanhóis do BESSA, que têm um regime de proteção relativa.

Seria bom que pudesse detalhar esta questão, até porque quando estive em Madrid, em julho de 2014, há poucos meses, o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho foi citado como tendo querido *echar un capote* à entidade, ou seja, ao BES, ao assegurar que não havia risco nenhum para os clientes do Banco Espírito Santo, nem para o sistema financeiro luso, pela crise do conglomerado empresarial em que se integra o banco, dizendo: «Não tenho nenhuma razão para questionar

minimamente a tranquilidade, tanto dos depositantes do banco como do sistema financeiro e bancário do País».

Como é que, na altura, encarou estas declarações e qual é a situação neste momento?

É que teve ocasião de referir e de confirmar que existe um parecer sobre a questão da tutela jurídica dos clientes do Banque Privée — ele foi citado aqui e ser-nos-á enviado, como depreendi —, mas não sobre a natureza do problema e o estado da apreciação da questão.

A outra pergunta diz respeito à questão quanto à qual não temos conseguido aclarar o problema da reunião, em 7 de novembro — a famosa reunião de 7 de novembro —, em que os senhores discutiram a situação do Grupo e em que o Dr. Salgado teve ocasião de sublinhar que havia problemas com os submarinos e que a declaração tinha de ser feita, embora com atraso, para juntar ao processo quando ele fosse arquivado.

Pergunto-lhe: teve consciência do que isso significava e assinou com a perceção plena do que isso implicava, em termos de previsão do desfecho do processo, e como isso traduzia, em princípio, a violação do segredo de justiça ou uma perceção estratégica muito avançada do que ia acontecer num departamento que é bastante confidencial nos seus métodos?

Na verdade, chegou a perceber por que é que os gestores da Escom se autoatribuíram — naturalmente com a autorização de quem era detentor de 67% do capital, portanto, do GES — 15 milhões de euros, dos quais 10 milhões de euros foram para outra finalidade e alguns ficaram no bolso para distribuir a terceiros, tendo Dr. Salgado declarado que o Dr. Horta e Costa lhe tinha dito que não era nenhum ministro? E repare que não disse nenhum político; disse «nenhum ministro», e também não disse se era ministro em funções na altura ou no passado.

Esta matéria está sob inquirição no foro criminal e, obviamente, nós não somos um tribunal e, muito menos, um tribunal criminal. Mas era muito importante que não pairasse muito mais poeira sobre esta matéria e, sobretudo, que se separasse o trigo do joio e que pudesse dar-nos uma ajuda nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de perguntar quem era o sexto homem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, serei breve.

Em primeiro lugar, voltando àqueles que foram os últimos atos — na última quinzena de julho — responsáveis pelo tal prejuízo adicional, perante aquilo que hoje se começa a conhecer, a pergunta que tem de ser feita e é a lógica é a seguinte: previa-se a iminência de uma situação de insolvência — aliás, os alertas de Amílcar Morais Pires, no dia 11, vão exatamente nesse sentido, sendo que, naturalmente poderia não acontecer, mas a verdade é que sabemos o que sucedeu — não considera que estes atos foram praticados com a clara intenção de favorecer certos credores em detrimento dos demais credores? É que houve, de facto, quem tivesse sido beneficiado e, conseqüentemente, quem tivesse sido prejudicado. Sabe dizer-nos quem é que foi beneficiado nestas operações?

Ricardo Salgado, nesta Comissão, disse-nos que, ao longo de 2014, mais precisamente nos primeiros meses, era evidente que, para além do aumento de capital e da alienação de participações, era indispensável um

apoio intercalar ao Grupo e que alguma banca aceitaria encará-lo, mas que o fazia depender sempre da posição do Governo. Todavia, em abril, deparou-se com uma posição «inabalável» — são palavras do próprio — do Governo, ao rejeitar qualquer abertura ao apoio estatal ao GES.

Como é que lhe foi explicada esta posição do Governo e os seus argumentos? Alguma vez foi discutido, decidido, sondado ou pedido apoio ao abrigo da linha de recapitalização pública? Sim ou não? E porquê (tanto num sentido como noutro)? E continua hoje, face àquilo que sabe, a entender que esta foi, de facto, a decisão certa?

No que diz respeito à resolução — que resultou na separação entre o Novo Banco e o banco mau —, como é que acompanhou e como é que avalia a separação dos ativos e dos passivos subjacentes a este processo de resolução?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, vou ser breve.

Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, em primeiro lugar, quando há pouco lhe perguntei se tinha conhecimento da colocação de produtos no *private banking*, que eram vendidos como depósitos a prazo, presumi que estivesse a perceber que estava a falar da sua caracterização e não da sua forma.

Portanto, não eram vendidos formalmente como depósitos a prazo, mas o que era dito às pessoas que os estavam a adquirir é que eram tão seguros como depósitos a prazo. E há vários testemunhos disso, enfim, de várias pessoas que tinham algumas poupanças maiores ou mais pequenas — e, principalmente, as que tinham as mais pequenas é que foram as mais lesadas — a quem tinham sido vendidos produtos desta natureza,

nomeadamente alguns dos que colocava, e que eram vendidos, de facto, como sendo tão seguros como depósitos a prazo. Era disso que lhe estava a perguntar se tinha conhecimento.

E é claro que o sistema de objetivos existia para todas as atividades do banco, mas não é menos verdade que, para esta, cada vez que um gestor conseguisse colocar um produto destes também era beneficiado — e daqui cada um tirará as conclusões que entender.

Sobre a ESI, a pergunta que lhe fiz julgo que mantém a pertinência. Quer dizer, ao saber do passivo da ESI, independentemente de não ser o seu pelouro, não toma nenhuma medida para questionar o *rating* de BB que lhe é atribuído pelo departamento de risco?

E, já agora, sendo que a ESI, tendo em conta a dimensão dos créditos que tinha do BES, estaria certamente nos grandes riscos tem ou não conhecimento de algum acompanhamento específico que o Banco de Portugal tenha feito às contas da ESI, e aqui excluindo a questão de saber se elas eram ou não falsificadas.

Portanto, se soube do passivo muito grande antes da falsificação, ou seja, era possível saber de um passivo que já era significativo antes da falsificação pergunto: o Banco de Portugal fez ou não algum acompanhamento disso, tendo em conta que a ESI estaria certamente no âmbito dos grandes riscos?

Há pouco tempo, o seu familiar Ricciardi desafiou-me, a mim, pessoalmente, a pôr-me no lugar de um administrador de um banco. Na altura, achei que isso era absolutamente impossível, mas começo a perceber por que é que ele achou que era possível. É que, de facto, é muito fácil: recebe-se dinheiro não se sabe de onde, recebem-se milhões sem se saber porquê, assinam-se papéis à porta de reuniões sem perguntar o que são,

declararam-se os rendimentos em retificações fiscais e, quando as coisas dão para o torto, combinam entre eles e ninguém sabe de nada.

É por isso, se calhar, que pensaram que eu era capaz de fazer esse papel, mas, ainda assim, continua a ser-me muito difícil.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, muito rapidamente, quero fazer duas perguntas.

A primeira é se, por parte de Ricardo Salgado, no conselho superior ou na comissão executiva do BES, alguma vez foi posta a possibilidade de uma recapitalização pública e por que é que não foi.

É que, na verdade, no primeiro trimestre de 2014 — e poder-me-á confirmar esta informação —, a situação era de relativo pânico à procura de acionistas ou de quem quer que fosse que pudesse injetar capital no Grupo e no banco, viesse esse capital da Guiné Equatorial, ou do Congo, ou de onde quer que fosse.

Portanto, perante este pânico, por que é que o dinheiro público e o processo de recapitalização pública nunca foi uma opção? Se é que não foi, porque, provavelmente, até foi uma opção e foi descartada. Então, o que gostaria de perceber é se, em algum momento, essa possibilidade foi posta ou não em cima da mesa.

A segunda pergunta tem a ver com o seguinte: há um momento em que a ESI acaba por ter uma exposição de 200 milhões de euros à Espírito Santo Control, ou seja, a ESI empresta 200 milhões de euros à Espírito Santo Control.

A minha pergunta é esta: por que é que a Espírito Santo Control precisava de tanto dinheiro? Por que é que a *holding* de cima, a Espírito Santo Control, que não tinha nenhuma atividade, nem qualquer participação direta, a não ser depois a cascata de *holdings* que vinham por aí abaixo, precisava de 200 milhões de euros emprestados da ESI para funcionar e os seus acionistas precisavam de ter acesso a estes fundos? Não faz muito sentido, mas talvez possa esclarecer-me sobre esta necessidade de capital e liquidez por parte da Espírito Santo Control.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, tem a palavra, para responder.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Saraiva, estive presente na reunião com o Dr. Júlio Castro Caldas, no Luxemburgo. De facto, nessa reunião, tratou-se mais de aspetos administrativos da gestão das *holdings* no Luxemburgo e foi perguntado pelo Dr. Júlio Castro Caldas sobre toda a parte administrativa e como é que era e como é que não era e o que foi respondido e as conclusões que foram tiradas está tudo na ata dessa reunião. Foi uma reunião mais de esclarecimento ao Dr. Júlio Castro Caldas.

Quanto a Machado da Cruz, não falei mais com ele.

Quanto a saber se havia pessoas que faziam intermediação de negócios no banco e que recebiam comissões, não é verdade.

Relativamente aos procedimentos internos das cartas da Venezuela que não foram cumpridos, os mesmos traduzir-se-iam em essas cartas terem ido ao comité de crédito e serem aprovadas em comité de crédito. É o procedimento que seria normal.

Sr. Deputado José Magalhães, o caso espanhol da Lehman Brothers, de ações e obrigações, teve a ver com o facto de ter havido venda de papel da Lehman Brothers com um procedimento que, no entender dos magistrados espanhóis, estava mal e, portanto, indemnizaram-se os clientes via ordem jurídica.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Em 2 milhões de euros?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Sim, 2 milhões de euros.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Faça favor.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, num primeiro caso, foi o cumprimento de uma sentença de 2 milhões de euros. Em relação aos clientes das várias categorias, uma vez que o BES oferecia uma taxa de juro superior à recomendada pelo Banco de Espanha, está regulada e enquadrada a proteção dos depositantes, dos 75 000 depositantes, das várias camadas?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Hoje em dia, não estou a par dessa situação em Espanha. Eu tive a responsabilidade do banco, em Espanha, durante vários anos, mas, neste momento, não lhe sei responder, Sr. Deputado.

Quanto ao sexto homem, não conheço. O sexto homem dos submarinos nunca soube quem seria.

A Sr.^a Deputada Teresa Anjinho perguntou sobre a Eurofin e se os atos foram praticados para beneficiar alguém. Não conheço os atos e, portanto, também não lhe posso responder a não ser dizer-lhe que não sei.

Quanto à sua segunda pergunta, nunca pensámos na recapitalização pública, porque tínhamos um programa de aumento de capital do banco e pensámos que seria possível ir por essa via.

Perguntou-me ainda como é que avalio a resolução. Há pouco, eu já disse que não seria a minha solução. E como é que a entendi? Foi com inteira estupefação, porque...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Desculpe interrompê-lo, mas se nos pudesse dizer como é que avalia também a separação dos ativos e dos passivos, agradecia.

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Como referi, acho que não é um critério bom. Aliás, ainda não está bem definido o que é que ficou num e o que é que ficou no outro, isto é, no mau banco e no Novo Banco. Eu nunca teria tomado esta decisão, mas, enfim, manda quem pode e obedece quem deve!

Sr. Deputado Miguel Tiago, relativamente a vender os produtos como depósitos a prazo, não era isso; o que se dizia era que eram tão seguros como depósitos a prazo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exato!

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Mas não lhe sei dizer se diziam isso ou não. E, como é óbvio, nunca dei instruções.

Perguntou-me ainda por que não questionei o facto de o *rating* da ESI ser BB. Sr. Deputado, o *rating* era BB, porque vinha com a chancela do departamento de risco, de técnicos altamente qualificados. Portanto, se eles assim o faziam é porque era essa a perceção, que mais tarde era avaliada e autorizada pelos auditores e por outras entidades.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, em relação à hipótese de se ter pensado na recapitalização pública no princípio deste ano, essa era uma questão que estava sempre fora da nossa estratégia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê?

O Sr. Dr. **José Manuel Espírito Santo Silva**: — Porque o banco já tinha sido nacionalizado uma vez e isso tinha provocado um grande trauma na família, portanto essa era uma questão que se punha de parte.

Perguntou-me, ainda, por que é que a ESI emprestou dinheiro à Espírito Santo Control. A ESI emprestou dinheiro à Espírito Santo Control porque, segundo sei, teve de se alterar um financiamento que estava a ser feito por outras individualidades e foi a ESI que, depois, se substituiu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, muito obrigado pela colaboração dada a esta Comissão.

Srs. Deputados, amanhã, cá estaremos de novo.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 46 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.